



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO-CCA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO-DED
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARIA DE FÁTIMA GOMES DA SILVA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A COLABORAÇÃO
DOCENTE: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Mamanguape-PB

2024

MARIA DE FÁTIMA GOMES DA SILVA

**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A COLABORAÇÃO
DOCENTE: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso- Monografia,
apresentado ao Curso de Pedagogia do Campus-IV da
UFPB. Como parte do requisito para a obtenção de
título de graduação em Pedagogia.

Orientador^a. Prof.^a. Dr^a Francymara Antonino Nunes
de Assis

Mamanguape – PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Maria de Fatima Gomes da.

O atendimento educacional especializado e a
colaboração docente : caminhos para uma educação
inclusiva / Maria de Fatima Gomes da Silva. -
Mamanguape, 2024.

71 f. : il.

Orientação: Francymara Antonino Nunes de Assis.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAE.

1. Atendimento Educacional Especializado (AEE). 2.
Desafios educacionais. 3. Colaboração entre
professores. I. Assis, Francymara Antonino Nunes de.
II. Título.

UFPB/CCAE

CDU 377

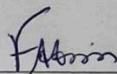
**O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A COLABORAÇÃO
DOCENTE: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em
Pedagogia, do Centro de Ciências Aplicada à
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito institucional para obtenção do título de
Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: 22/10/2024

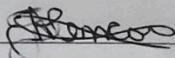
BANCA EXAMINADORA

Profa



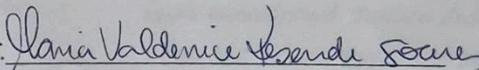
Profª Orientadora Francymara Antonino Nunes de Assis
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof.



Prof. Convidado - Drª. Sabrina Grisi Pinho De Alencar
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof.



Prof. Convidado - Drª. Maria Valdenice Resende Soares
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Dedico, primeiramente, a Deus, por sempre me abençoar nesta caminhada, e a minha família pelo apoio incondicional. Também dedico à minha filha, Alícia Maria, que, mesmo sem perceber, foi minha força diária para a conclusão dessa etapa tão importante da minha vida.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Marinalva, por todo apoio, carinho e incentivo para que eu pudesse concluir essa etapa tão importante.

Aos meus familiares, especialmente minha avó Salete, meu irmão Wanderson e minha cunhada Giseli, que estiveram ao meu lado, me auxiliando em cada momento dessa caminhada.

À minha querida amiga, Maria Juliane, por ser minha parceira fiel nos estudos e por seguir comigo, me apoiando em todos os desafios, o meu muito obrigada.

Aos amigos da universidade, que sempre acreditaram no meu potencial e me deram forças para continuar.

À professora Francymara Antonino Nunes de Assis, que, além de ser minha orientadora, foi uma grande incentivadora e sempre esteve disposta a me ajudar.

Aos professores que contribuíram não apenas para minha formação acadêmica, mas para o meu crescimento pessoal.

À Universidade Federal da Paraíba, Campus IV, por todo o aprendizado e pelo orgulho que sinto em fazer parte desta instituição.

Às diretoras e professoras das escolas pesquisadas, que se mostraram sempre atenciosas e dispostas a colaborar.

E, em memória do meu querido pai, Sebastião, e da minha amada tia e madrinha Patrícia, que, mesmo não estando mais entre nós, deixaram em mim um legado de amor, ensinamentos e força. Suas lembranças me acompanham a cada passo, me inspirando a seguir em frente e a buscar sempre o melhor. Embora não estejam aqui fisicamente, sinto suas presenças em cada conquista, e sei que estariam orgulhosos deste momento.

*"A inclusão é mais do que uma prática pedagógica;
é um compromisso ético e humano com a
diversidade."*

(Selma Andrade de Paula Bedaque)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado “O Atendimento Educacional Especializado e a Colaboração Docente: Caminhos para uma Educação Inclusiva”, busca identificar as dificuldades e compreender a dinâmica de colaboração entre professores da educação regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para a realização desta pesquisa, foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com professores de duas escolas públicas no município de Pirpirituba. O objetivo geral é analisar os desafios enfrentados pelos profissionais do Atendimento Educacional Especializado e verificar como a colaboração entre professores regulares e especialistas influencia a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. Participaram do estudo professores de salas regulares e professoras do Atendimento Educacional Especializado. Os dados coletados a partir das respostas e interações nas entrevistas revelaram que, apesar de avanços, ainda há um longo caminho para que a inclusão escolar se concretize de maneira eficaz. A falta de comunicação e compreensão entre os profissionais da educação é um dos principais obstáculos, e a colaboração precisa se expandir para além da sala de aula. O envolvimento dos pais e da comunidade escolar é fundamental para fortalecer essa rede de apoio.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado (AEE), Desafios Educacionais, Colaboração entre professores.

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis (TCC), titled “Specialized Educational Assistance and Teacher Collaboration: Paths Toward Inclusive Education,” aims to identify challenges and understand the dynamics of collaboration between regular education teachers and those in Specialized Educational Assistance (SEA). A qualitative methodological approach was adopted for this research, with data collected through semi-structured interviews conducted with teachers from two public schools in the municipality of Pirpirituba. The primary objective is to analyze the challenges faced by professionals in Specialized Educational Assistance and examine how collaboration between regular teachers and specialists impacts student learning and development. The study involved regular classroom teachers as well as SEA educators. Data collected from responses and interactions during interviews revealed that, despite progress, there is still a long way to go to achieve effective school inclusion. The lack of communication and mutual understanding among education professionals is one of the main obstacles, and collaboration needs to extend beyond the classroom. The involvement of parents and the school community is essential to strengthen this support network.

Keywords: Specialized Educational Assistance (AEE), Educational Challenges, Teacher Collaboration.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

SEESP/MEC - Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação

CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação/Comissão de Educação Básica.

ABA - Análise do Comportamento Aplicada

BPC - Benefício de Prestação Continuada

EESAP - Escola de Ensino Superior do Agreste Paraibano

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Temas de análise

Tabela 2 – Participantes da pesquisa

Tabela 3 - Formação Acadêmica e Experiência profissional

Tabela 4 - Desafios Enfrentado

Tabela 5 - Colaboração entre os professores do AEE e da sala de aula

Tabela 6 - Recursos/Apoio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POLÍTICAS, DESAFIOS E O PAPEL DO PROFESSOR	18
1.1. A Inclusão Escolar e o Papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE)..	18
1.2. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.....	19
1.3. O Papel e as Funções do Professor no Atendimento Educacional Especializado (AEE).....	21
1.4. Colaboração entre Professores do AEE e regular.....	23
2. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
2.1 Formação Profissional dos Entrevistados.....	26
2.2 Desafios enfrentados.....	29
2.3 Colaboração entre professores.....	32
2.4 Recursos e apoios solicitados.....	36
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
APÊNDICES	43

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa se originou durante meu estágio supervisionado anos iniciais, em uma turma do 4º ano, na cidade de Duas Estradas - PB. Durante essa experiência, tive a oportunidade de conhecer, pela primeira vez, uma sala de Atendimento Educacional Especializado. Essa vivência despertou meu interesse em compreender melhor os desafios enfrentados pelos professores que atuam nessa modalidade de ensino e em explorar a relação entre o professor do AEE e os professores das salas de aula regulares. Identificar essas dificuldades e entender a dinâmica da colaboração entre eles é essencial para encontrar soluções que façam a diferença, garantindo que os alunos com necessidades especiais recebam o suporte necessário para seu pleno desenvolvimento.

A escola não foi planejada para acolher de maneira geral indivíduos em sua diversidade, mas sim foi feita para uma padronização e assim conseguir realizar seus objetivos educativos que são considerados dentro dos padrões. Com isso ela vinha excluindo os que fogem desses padrões, isso acontecia de várias formas.

A inclusão escolar é necessária a cada dia, mas com ela vem o grande desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Historicamente, ela se organizou em torno de um modelo de padronização que busca atingir objetivos educativos específicos, frequentemente excluindo aqueles que não se encaixam nesses padrões. A inclusão escolar é, portanto, uma necessidade cada vez mais reconhecida, mas traz consigo o grande desafio de garantir uma educação de qualidade para todos. Para que a inclusão seja efetiva, é preciso ir além da mera presença física dos alunos na escola; é imprescindível que o governo adote políticas inclusivas que busquem transformar a realidade educacional.

A educação inclusiva pode ser definida como “a prática da inclusão de todos - independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural - em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas” (Stainback & Stainback, 1999:21).

Portanto, atualmente, vem-se reconhecendo gradativamente a importância de incluir, no ambiente comum de ensino, aqueles que são frequentemente excluídos. Os alunos com necessidades educativas especiais, em particular, representam um grupo que enfrenta estigmas sociais e barreiras que dificultam seu pleno acesso à educação. Para garantir que esses alunos sejam verdadeiramente incluídos, é crucial que a escola não apenas faça esforços para inseri-los fisicamente, mas também desenvolva um ambiente acolhedor, onde se sintam parte integrante do processo educativo. Isso requer uma mudança de mentalidade por parte dos

educadores e a implementação de práticas pedagógicas que considerem a individualidade de cada aluno.

Com isso, não basta inserir o educando só fisicamente na escola, é imprescindível que o governo adote políticas inclusivas, para que assim possa buscar formas a fim de contribuir para a mudança da escola, ajudar os professores a refletir e aceitar sua responsabilidade com a aprendizagem destes educandos, facilitando o envolvimento de todos que constituem a escola e o mais importante, fazer com que os educandos com necessidades especiais possam se sentir parte integrante do ambiente educacional, que eles se sintam aceitos e apoiados.

Nesse sentido, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) emerge como um componente essencial na construção de uma educação inclusiva. O AEE tem como objetivo assegurar o acesso, a participação e o desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais, oferecendo suporte específico que permita a superação das barreiras enfrentadas por esses estudantes.

Temos como **objetivo geral deste estudo analisar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais nas Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e verificar como a colaboração entre professores regulares e especialistas impacta a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.** Para isso, propomos identificar os principais desafios que esses professores enfrentam nas Salas de AEE, entender como a colaboração entre eles e os professores regulares está acontecendo, e avaliar como essa interação influencia a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

É fundamental reconhecer que a interação entre os professores das salas regulares e os do AEE é vital para o sucesso do ambiente educacional. Uma parceria sólida entre esses profissionais pode resultar em um ambiente de aprendizagem integrado, facilitando a inclusão dos alunos na sala de aula e elevando a qualidade do ensino e da aprendizagem. Avaliar a dinâmica dessa cooperação é crucial para compreender se a comunicação e a colaboração estão sendo realizadas de forma eficaz, contribuindo para o desempenho desses alunos.

Além disso, investigar o impacto dessa interação no processo de aprendizagem é outro aspecto relevante. Quando os professores regulares e os especialistas em AEE trabalham juntos de maneira colaborativa, isso deve refletir em avanços significativos no aprendizado e no desenvolvimento dos alunos. Uma boa colaboração pode, de fato, fazer uma grande diferença, ajudando os alunos a melhorar suas habilidades e a se desenvolver de maneira mais completa.

Em suma, este estudo tem como foco analisar os desafios enfrentados por ambos os grupos de professores, tanto no Atendimento Educacional Especializado quanto nas salas de

aula regulares, e entender como essa colaboração impacta o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos. A pesquisa foi realizada em duas escolas, sendo essas a Escola Municipal de Ensino Fundamental Monsenhor José Coutinho e Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Humberto Lucena, ambas localizadas na cidade de Pirpirituba - Paraíba. É importante ressaltar que atualmente, todos os atendimentos educacionais especializados do município estão centralizados na Escola José Coutinho, pois, no momento, ela é a única instituição que possui uma sala especialmente preparada para oferecer esse tipo de atendimento. A expectativa é que esse atendimento seja expandido para outras unidades de ensino no futuro, melhorando ainda mais o suporte inclusivo na rede.

A Escola Deputado Humberto Lucena, por exemplo, que também contará com uma sala de Atendimento Educacional Especializado, está passando por uma reforma estrutural. Devido às obras, suas atividades foram temporariamente transferidas para o prédio de outra escola municipal. Quando a reforma for concluída, a nova estrutura permitirá que mais alunos tenham acesso aos serviços de inclusão, o que representa um avanço significativo para a educação inclusiva no município.

Diante disso, escolhi esses locais por já conhecer algumas pessoas que trabalham lá, e por ser na cidade em que resido, facilitando o acesso à escola e aos profissionais, fui muito bem tratada por todos, a acolhida na escola foi bastante positiva, não tive nenhum tipo de resistência por partes dos profissionais, o que ficou um pouco limitada foi a observação, pois a professora do AEE, limitou o acesso a alguns alunos, por conta do perfil, porque esses alunos sempre apresentam algum tipo de resistência quando a uma pessoa diferente na sala durante o atendimento. Com isso, consegui fazer um dia de observação, com um aluno em específico, que foi indicado pela professora por ser um aluno mais tranquilo a quebra de rotina, ainda assim, no início da observação ele ficou um pouco tímido e apresentava sinais de nervosismo, mas com o tempo ele foi ficando mais à vontade com a minha presença.

As entrevistas com os professores, foram realizadas de forma tranquila, em um horário estabelecido por eles, para que não atrapalhasse as aulas. Com a permissão deles as entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente, para que assim pudesse fazer uma análise mais detalhada e que nenhum detalhe fosse perdido, garantindo que uma análise mais precisa de todo material.

Para conduzir esta pesquisa, adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, que visa não apenas compreender, mas também responder a algumas das questões e hipóteses levantadas em relação a essa temática. Segundo Minayo (1995), a pesquisa qualitativa é especialmente relevante nas ciências sociais, pois se preocupa com um nível de realidade que

não pode ser quantificado. Ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, explorando as relações mais profundas dos processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a variáveis operacionais.

A escolha dessa abordagem metodológica é fundamentada na necessidade de caracterizar e analisar as dificuldades enfrentadas nas Salas de Atendimento Educacional Especializado, no auxílio aos alunos com necessidades especiais na escola. Buscamos compreender como essas salas podem contribuir efetivamente para o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos, considerando os desafios que surgem ao longo desse processo. Para isso, os sujeitos selecionados para este estudo são o professor que atua no AEE e os professores das salas regulares.

A aplicação prática da pesquisa será realizada através de observações em sala de aula e entrevistas semiestruturadas com os professores. Utilizaremos a observação como um importante instrumento de pesquisa, complementada por entrevistas que serão conduzidas a partir das observações realizadas. Os dados foram coletados a partir das interações e respostas fornecidas durante as entrevistas, além de informações obtidas nas observações. Após a coleta, os dados foram sistematicamente organizados para facilitar a análise, que será de natureza qualitativa, buscando identificar padrões e tendências. A discussão dos resultados da pesquisa será baseada na avaliação qualitativa e na interpretação desses dados, permitindo uma reflexão crítica sobre as práticas de AEE e a colaboração entre os educadores.

O estudo pretende, assim, fornecer subsídios para a melhoria contínua das práticas inclusivas nas escolas, promovendo um ambiente educacional mais acolhedor, equitativo e eficaz para todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas. Acreditamos que as várias questões levantadas, como a dificuldade na adaptação de materiais didáticos, a necessidade de formação contínua para os professores e a importância de estratégias pedagógicas individualizadas, assim como a colaboração, evidenciam a complexidade do contexto educacional e os desafios enfrentados pelos profissionais no de Atendimento Educacional Especializado e dos professores da sala de aula regular.

Dessa forma, esperamos que a pesquisa contribua para uma compreensão mais ampla das dificuldades e desafios do AEE, além de promover uma reflexão sobre a importância da colaboração entre professores regulares e especialistas, visando garantir que todos os alunos tenham as ferramentas e o apoio necessário para se desenvolverem da melhor maneira possível.

Nos próximos capítulos, abordaremos o referencial teórico que fundamenta a nossa pesquisa, apresentando autores e conceitos que fortalecem as práticas inclusivas e o

funcionamento do Atendimento Educacional Especializado. Este referencial será essencial para compreender a base teórica que sustenta a educação inclusiva e o papel do AEE nesse contexto. Em seguida, realizaremos a análise dos resultados obtidos nas entrevistas e observações, onde exploraremos as falas dos professores, suas percepções e experiências no dia a dia tanto no AEE, como na sala de aula regular. Essa análise nos permitirá compreender como se dá essa colaboração e as dificuldades enfrentadas, enriquecendo nossa compreensão sobre o tema.

Por fim, a discussão final reunirá as principais reflexões da pesquisa, destacando a importância da colaboração entre professores e o impacto disso no aprendizado e desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais. Serão apresentadas as considerações finais, com sugestões e recomendações para a melhoria das práticas educativas nas escolas, esperamos que, ao final deste estudo, possamos fornecer experiências valiosas que possam ser utilizadas para aprimorar as práticas inclusivas, beneficiando não apenas os alunos com necessidades especiais, mas toda a comunidade escolar.

1. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POLÍTICAS, DESAFIOS E O PAPEL DO PROFESSOR

1.1. A Inclusão Escolar e o Papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O processo educativo inclusivo traz várias implicações para os docentes e para a escola, pois eles devem ser centrados na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para esses alunos para que assim eles possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas.

A inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais nas escolas tem se efetivado com alguns conflitos e dificuldades. Uma dessas dificuldades é a superação de alguns saberes e representações sobre as pessoas que apresentam necessidades especiais, que demarcam uma visão estigmatizada e materializada em práticas sociais e escolares de discriminação e de exclusão. Diante disso muitos não lutam pelos seus direitos e muitos não sabem que eles existem.

A inclusão deve ser percebida como uma responsabilidade coletiva de toda comunidade escolar, ou seja, todos são responsáveis pelo sucesso ou fracasso de cada aluno. Segundo Bedaque (2014):

“A inclusão escolar deve ser entendida como um direito fundamental e uma responsabilidade compartilhada por toda a comunidade escolar, não sendo tarefa exclusiva dos professores de AEE” (Bedaque, 2014, p. 42).

Portanto, todos devem partilhar dessa responsabilidade, não só os professores, mas sim todo o corpo docente. Assim nenhum dos profissionais deve ser excluído de ser capacitado para a inclusão.

A educação inclusiva tem sido melhorada ao longo do tempo, portanto, conta com o atendimento educacional especializado, que é uma modalidade de educação escolar destinada a garantir o acesso, a permanência, a participação e o aprendizado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Com isso, segundo o SEESP/MEC (2008):

O Atendimento Educacional Especializado-AEE, é um serviço da educação especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as cadeiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. (SEESP/MEC, 2008).

Assim, este serviço especializado é fundamental para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades no contexto educacional, buscando atender às necessidades

individuais de cada aluno, considerando suas características, potencialidades e limitações.

De acordo com o Art. 2º do Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 trata-se das diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado, diante disso, ele estabelece que:

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas (BRASIL, 2011).

Dessa forma, o Atendimento Educacional Especializado desempenha um papel fundamental como mediadora na relação de aprendizado na sala de aula regular e no desenvolvimento das competências dos alunos. Ela representa um recurso essencial da educação especial dentro da rede regular de ensino. Na realidade escolar brasileira, caracterizada por salas lotadas, muitas vezes os professores não têm condições ou oportunidades para adotar um olhar sensibilizado em relação aos alunos com deficiência. É nesse contexto que o Atendimento Educacional Especializado se torna crucial, oferecendo uma atenção especializada às necessidades individuais de cada aluno.

1.2. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p.15) descreve o Atendimento Educacional Especializado como uma função que complementa a formação dos alunos. Ela afirma que o Atendimento Educacional Especializado deve “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade para remover barreiras, garantindo a plena participação dos alunos de acordo com suas necessidades específicas”.

Ao falar sobre mudança, é fundamental lembrar da importância da estabilidade. Na nossa sociedade, essa estabilidade vem de leis, decretos e resoluções que garantem a preservação dos direitos conquistados através de muito esforço e luta. Isso é especialmente relevante para as pessoas com deficiência, cujas batalhas por direitos muitas vezes são longas e difíceis. Esses instrumentos legais ajudam a assegurar que as conquistas não sejam perdidas e que os direitos continuem a ser respeitados.

A partir de agora vamos ver como essa política ajuda a proteger e reforçar os direitos educacionais dos estudantes com necessidades especiais, assegurando que eles tenham as mesmas chances e apoio para se desenvolverem plenamente.

A Constituição de 1988 traz um novo texto, no Artigo 208, que trata da Educação

Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos. O governo tem que dar ajuda educacional para pessoas com deficiência, especialmente nas escolas regulares. Os artigos 205 e 206 dizem que a educação é um direito de todos, para que todos possam se desenvolver e se qualificar para o trabalho.

Eles também pedem que todos tenham o mesmo direito de ir e ficar na escola:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Em todo o mundo, têm sido implementadas regulamentações legais com o objetivo de garantir o acesso aos direitos e a inclusão das pessoas com deficiência. No Brasil, o reconhecimento da necessidade de sensibilização em relação às pessoas com deficiência remonta ao ano de 1961, com a promulgação da Lei nº 4.024, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta legislação determinou que as pessoas consideradas "excepcionais" fossem integradas ao sistema geral de educação, visando à sua plena inclusão na comunidade.

A segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 5.692, promulgada em 1971, aborda a educação de alunos com deficiências físicas ou mentais, enfocando o atendimento especializado. Esta lei delega aos conselhos de Educação a regulamentação de normas, embora apresente uma visão ainda não inclusiva, ao prever a criação e manutenção de escolas especiais para esses cidadãos.

Já no ano de 1994, a Política Nacional de Educação Especial propôs a "integração instrucional", direcionando a matrícula em séries regulares somente para crianças com deficiências que fossem capazes de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares do ensino comum no mesmo ritmo que os alunos sem deficiência. Como resultado, grande parte desses alunos foi encaminhada para escolas especiais, reforçando a ideologia de uma escola excludente.

Conforme estabelecido no inciso VI da Política Nacional de Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado “identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas”.

Dessa forma, é importante ressaltar que esse tipo de atendimento não deve ser confundido com reforço escolar. Enquanto o reforço escolar se concentra principalmente em aspectos curriculares específicos, o Atendimento Educacional Especializado visa proporcionar uma gama diversificada de conhecimentos, promovendo a interdisciplinaridade, metodologias inovadoras e práticas que favoreçam a inclusão social dos educandos.

Conforme a resolução CNE/CEB nº 04, art. 04 de 02 de outubro de 2009, trata-se do público-alvo do Atendimento Educacional Especializado:

a- Alunos com deficiência: aqueles que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, transtorno de integrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

c- Alunos com altas habilidades/superdotação; aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Esse atendimento é de suma importância, pois proporciona acessibilidade aos educandos com deficiência e dificuldades de aprendizagem, implementando estratégias e ações destinadas a promover uma escolarização eficaz. No entanto, é fundamental destacar que esse atendimento é preferencialmente realizado nas salas de recursos multifuncionais, onde são oferecidos todos os suportes necessários ao aluno.

1.3. O Papel e as Funções do Professor no Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Quando falamos sobre Atendimento Educacional Especializado, nós estamos falando de um trabalho fundamental para garantir que todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais, tenham uma chance justa de aprender e se desenvolver. Sendo assim, o papel do professor nesse cenário é bem mais do que só passar conteúdo; é quase como ser um guia, ajudando cada aluno a encontrar seu próprio caminho.

Para desempenhar suas funções no Atendimento Educacional Especializado, os professores devem possuir uma formação específica e estar alinhados com os objetivos da

educação especial. Em 2001, o Conselho Nacional de Educação e a Câmara da Educação Básica aprovaram a Resolução nº 2/2001, a qual instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Conforme estabelecido por essas diretrizes, para exercer atividades na área da educação especial, o Artigo 18 determinou a necessidade de comprovação de:

I – Formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;

II – Complementação dos estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. (Brasil, 2001, p. 39)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), além de determinar o público-alvo da educação especial, detalha também a formação necessária para os professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado e demais profissionais da educação envolvidos na inclusão escolar. Dessa forma, para exercer atividades na área da educação especial:

[...] o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (Brasil, 2008. P. 17-18)

Portanto, para atuar na área da educação especial, o professor deve possuir uma formação que englobe aspectos iniciais, quanto continuados. Isso inclui conhecimentos gerais necessários para a prática docente, bem como conhecimentos específicos da área da educação especial.

A política de formação de professores estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) propõe a criação de um "novo" profissional apto a atender às demandas da inclusão escolar, introduzindo a distinção entre duas categorias: professores capacitados e professores especializados. Com isso, na resolução CNE/CEB nº 4, o artigo 13

de 02 de outubro de 2009, que trata das atribuições do professor do professor do Atendimento Educacional Especializado, sendo essas:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- H. estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Assim sendo, o Atendimento Educacional Especializado assume uma relevância significativa ao identificar as necessidades educacionais dos alunos com deficiência. Ele proporciona autonomia, melhora a qualidade do ensino oferecido na rede pública e facilita a integração desses estudantes na sociedade, além de garantir uma educação eficaz. Dessa forma, o Atendimento Educacional Especializado também desempenha um papel crucial no desenvolvimento da educação inclusiva, oferecendo suporte aos professores da classe regular. O papel do professor no Atendimento Educacional Especializado é bastante complexo e envolve muito mais do que o ensino tradicional.

Portanto, para garantir uma educação efetiva para alunos com deficiência, é essencial a colaboração entre o professor de Atendimento Educacional Especializado e o professor da sala de aula regular.

1.4. Colaboração entre Professores do AEE e da sala de aula regular

A colaboração entre professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores da Educação Regular é um tema relevante e atual no contexto da educação inclusiva. A necessidade de promover uma prática pedagógica mais efetiva e inclusiva para atender às demandas de alunos com deficiência tem colocado em destaque a importância da colaboração entre esses profissionais.

Segundo Bedaque (2014):

"A colaboração entre os professores do AEE e da sala regular tem como principal objetivo garantir que os alunos com deficiência tenham acesso a um ensino de qualidade, favorecendo seu desenvolvimento acadêmico e social." (Bedaque, 2014, p. 60)

Dessa forma, o profissional da educação precisa adotar um olhar sensível, compreensivo e adaptável em relação à criança com deficiência, tanto em suas atividades quanto em seu convívio social. Cada deficiência apresenta características e necessidades específicas, porém isso não impede o aluno de ser ativo: ele pode aprender, ensinar e desenvolver suas habilidades. Bedaque (2014), destaca:

"A prática colaborativa é a base para uma educação inclusiva de sucesso, pois somente com a união entre os professores do AEE e os da sala de aula regular é possível superar os desafios impostos pelas diferenças de aprendizagem." (Bedaque, 2014, p. 97)

Portanto, essa colaboração é uma peça-chave para a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. Esse trabalho conjunto não é apenas uma formalidade, mas uma prática que permite que todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência, tenham acesso a um aprendizado significativo e respeitoso. É fundamental que ambos os grupos de educadores compartilhem saberes e práticas, criando uma rede de apoio que beneficie toda a comunidade escolar.

Quando os educadores do AEE e da educação regular se unem, eles têm a oportunidade de desenvolver metodologias que consideram as particularidades de cada aluno. Essa colaboração não só enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também promove um ambiente de empatia e respeito. Afinal, um aprendizado inclusivo exige que os educadores estejam abertos a trocar experiências e aprimorar suas práticas continuamente, garantindo que todos os estudantes sejam valorizados. Assim, para (Bedaque, 2014) "A prática de planejar atividades em conjunto é fundamental para que o professor do AEE e o professor regular possam garantir que as barreiras de aprendizagem sejam superadas de forma eficiente." (Bedaque, 2014, p. 89).

Portanto, a união de esforços entre professores do AEE e da educação regular reflete um compromisso mais amplo com a construção de uma sociedade justa e equitativa. Ao trabalharem juntos, esses educadores não apenas aprimoram a experiência de aprendizado de alunos com deficiência, mas também modelam um ambiente escolar que ensina a importância da solidariedade e do respeito às diferenças. Essa colaboração é essencial para transformar o contexto educativo e promover uma inclusão real.

2. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A COLABORAÇÃO DOCENTE COMO POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Com base nos dados, organizamos alguns temas para análise de conteúdo, que estão resumidos na tabela a seguir. Isso vai ajudar a visualizar melhor as informações, e junto com a tabela, também traremos uma explicação detalhada para facilitar a compreensão.

Tabela 1 - Temas de análise

TEMAS DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO
Formação Acadêmica e Experiência profissional	Refere-se à formação acadêmica das professoras e as suas experiências profissionais.
Desafios	Refere-se aos desafios enfrentados, seja no AEE ou na sala de aula regular.
Colaboração entre professores	Refere-se a interação entre o professor do AEE e os professores regulares.
Recursos e Apoios do AEE	Refere-se aos recursos/apoios que são solicitados ao professor do AEE.

Fonte: produção da pesquisadora.

Os professores que participaram da pesquisa foram subdivididos e ganharam os seguintes nomes:

Tabela 2 – Participantes da pesquisa

ENTREVISTADOS	ÁREA DE ATUAÇÃO
Professora AEE	Professora do atendimento educacional especializado
Professora K	Sala de aula regular
Professor A	Sala de aula regular
Professora I	Sala de aula regular
Professora M	Sala de aula regular

Fonte: produção da pesquisadora.

Com base nos dados coletados e na análise dos temas, apresentamos os resultados dos desafios e das práticas colaborativas entre os professores do ensino regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Trazendo as falas principais em tabelas e falas complementares retiradas das entrevistas no decorrer das análises para melhor entendimento. Portanto, durante as análises aparecem falas das entrevistas que não constam no quadro inicial pois as falas virão como complemento para uma análise mais detalhada.

2.1 Formação Profissional dos Entrevistados

Para entender melhor como os profissionais estão se destacando nessa área, vamos analisar a formação acadêmica e a experiência profissional dos professores entrevistados. O quadro a seguir apresenta dados sobre suas qualificações e trajetórias, proporcionando uma visão detalhada de como a preparação deles se alinha às exigências e expectativas estabelecidas pelas diretrizes de educação especial, onde fica evidente nas falas que a preparação recebida por alguns professores, conforme exposto durante as entrevistas, revela que há uma lacuna em alguns casos sobre a formação recebida. Dessa forma, conseguiremos perceber como esses educadores se adaptam tanto ao AEE quanto às dinâmicas da sala de aula regular, atendendo às demandas de suas múltiplas responsabilidades.

Para isso, é crucial que estejam bem preparados, capazes de adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades individuais de cada estudante, seja em uma sala de aula regular ou em um ambiente voltado para o AEE.

Tabela 3 - Formação Acadêmica e Experiência profissional

ENTREVISTADOS	FORMAÇÃO ACADÊMICA	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Professora AEE	"Eu tenho graduação em Pedagogia, e pós em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal do Ceará. Tenho também	"Eu trabalho na área da educação inclusiva desde 2012, quando terminei a pós em Atendimento Educacional Especializado. Trabalho no município de Belém

	Psicopedagogia [...] e terminei ABA ¹ há pouco tempo pela EESAP.”	desde 2012, e aqui [na atual escola] desde 2018[...].”
Professora K	"Eu sou formada em Ciências Biológicas, fiz pós-graduação."	"Já fui gestora adjunta no meu município e, atualmente, sou professora efetiva aqui do quadro em Pirpirituba."
Professor A	"Eu sou formado em Letras pela UEPB, com especialização em Literatura e Cultura Afro-Brasileira, e tenho um mestrado no PROFLETRAS com ênfase em letramento literário."	“Sou professor há 20 anos, e aqui no município há 14 anos, vou completar 14 anos. E é isso."
Professora I	"Eu sou formada em Pedagogia."	"Atuo na educação há mais de 10 anos, sendo 2 anos na coordenação pedagógica e o restante em sala de aula."
Professora M	"Eu sou formada em Geografia."	"Minha experiência é mais na área de Matemática, há 22 anos”.

Fonte: produção da pesquisadora.

Ao analisarmos as entrevistas, percebemos que apenas os professores "AEE" e "I" têm formação em Pedagogia. Os demais, como "K", "A" e "M", têm formações em áreas específicas. Um exemplo é a professora "E", que, embora seja formada em Geografia, leciona Matemática. É importante ressaltar que somente a professora "AEE" tem uma formação

¹ ABA - Análise do Comportamento Aplicada é uma ciência que estuda o comportamento humano e como ele se relaciona com o ambiente e a aprendizagem

voltada especialmente para o trabalho com alunos com deficiência.

Portanto, há uma necessidade clara de formação continuada para garantir que todos possam atender adequadamente às demandas da educação inclusiva e do AEE. Além disso, apesar de todos professores estarem a bastante tempo na área da educação, é notório a falta de formação voltada para educação inclusiva.

As diretrizes, como a Resolução nº 2/2001 e a Política Nacional de Educação Especial de 2008, destacam a importância de uma formação acadêmica e de experiência profissional específicas para garantir um atendimento eficaz. Isso significa que, para proporcionar um suporte inclusivo de verdade, os professores precisam ir além do básico e buscar especializações em educação especial. Essa formação não apenas beneficia o AEE, mas também enriquece a prática docente nas salas de aula regulares, onde a diversidade de alunos exige estratégias adaptadas.

Quando falamos do Atendimento Educacional Especializado (AEE), estamos abordando um componente essencial da educação inclusiva. O AEE é fundamental para garantir que todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais, tenham acesso a um ensino de qualidade. Nesse contexto, os professores não podem ser apenas transmissores de conhecimento; eles devem atuar como guias, apoiando cada aluno a encontrar seu próprio caminho no aprendizado. Para isso, é crucial que estejam bem preparados, capazes de adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades individuais de cada estudante, seja em uma sala de aula regular ou em um ambiente voltado para o AEE.

A falta de formação específica pode criar barreiras no atendimento às necessidades dos alunos. O SEESP/MEC (2008) ressalta que o AEE deve “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade” para promover a participação plena dos estudantes. Isso indica que é fundamental que todos os professores, independentemente de sua formação inicial, recebam capacitação contínua para desempenhar um papel ativo na inclusão.

A experiência dos docentes também é um fator importante. Todos os professores entrevistados já atuam na educação há bastante tempo, o que demonstra um comprometimento significativo. No entanto, sem a formação adequada e a atualização constante, essa experiência pode não ser suficiente para enfrentar os desafios da educação inclusiva.

Portanto, essa análise evidencia a necessidade de uma formação robusta e contínua para todos os professores, garantindo que estejam preparados para atender às demandas de uma sala de aula inclusiva. A experiência é valiosa, mas deve ser acompanhada de conhecimentos específicos que capacitem os educadores a criarem um ambiente de aprendizado acessível e eficaz para todos.

2.2 Desafios enfrentados

No quadro a seguir apresentamos algumas falas de professores que compartilham suas experiências e desafios ao trabalhar com alunos com deficiência. As falas das entrevistas nos mostram um pouco a realidade do dia a dia nas salas de aula tanto na sala do AEE como na sala de aula regular. Com isso, nos ajudam a entender melhor as necessidades e as dificuldades enfrentadas na busca por uma educação inclusiva.

Tabela 4 - Desafios Enfrentados

ENTREVISTADOS	DESAFIOS ENFRENTADOS, SEJA NO AEE OU NA SALA DE AULA REGULAR
Professora AEE	<p>“Eu acho que o principal desafio é a parte da interação que deveria ser, essa interação entre a sala de AEE e a sala de aula, e às vezes a família também, que cobra muito, mas não faz a sua parte. Porque, assim, a mãe que leva o aluno para o atendimento de fono, o fono também passa estimulação para casa, e muitas vezes os pais não fazem. Muitas vezes, a dificuldade é essa: a gente tem aluno aqui que deveria dar continuidade às terapias, e o que acontece é que os pais, quando recebem QUANDO RECEBEM O QUÊ? não são todos, mas há exceções. Tem pai que recebe o BPC e não leva mais. E tem outros que, quando a gente, como parte pedagógica, começa a atender, aí dificulta mais ainda.”</p>
Professora K	<p>“É necessário conciliar a atenção ao aluno deficiente e a turma regular”</p>
Professor A	<p>“Então, os maiores desafios vêm, são oriundos, né, da época da graduação. Haja vista que nós não tínhamos, naquela época, no início dos anos 2000, uma formação acadêmica específica voltada exclusivamente para isso. E, com o passar dos anos, nós, professores, tivemos que ir atrás e descobrir na prática, inclusive, como trabalhar de maneira a observar as melhores didáticas possíveis que buscávamos para realmente trazer um trabalho que fizesse sentido, já que nos bancos acadêmicos, infelizmente, nós não tivemos essa oportunidade.”</p>

ENTREVISTADOS	DESAFIOS ENFRENTADOS, SEJA NO AEE OU NA SALA DE AULA REGULAR
Professora I	“No caso de Moisés, é a comunicação, porque eu não entendo muito o que ele diz. E, devido às minhas aulas serem as últimas, a mãe sempre pega ele antes de eu concluir a aula; não tenho muito contato com ele.”
Professora M	“A maior dificuldade é que a gente não teve essa preparação, né? Não tivemos uma preparação para trabalhar de forma adequada; é tudo assim jogado.”

Fonte: produção da pesquisadora.

Os desafios enfrentados pelos professores na inclusão de alunos com deficiência mostram uma realidade desafiadora e diversificada. A falta de formação específica continua sendo uma das principais dificuldades. A professora “K” enfatiza: “É necessário conciliar a atenção ao aluno deficiente e à turma regular.” O professor “A” complementa: “Os maiores desafios vêm da época da graduação, pois nós não tínhamos uma formação acadêmica voltada exclusivamente para isso.” Da mesma forma, a professora “M” destaca: “A maior dificuldade é que a gente não teve essa preparação.” Se os professores não recebem essa formação adequada, como podem acolher esses alunos em sala de aula de maneira inclusiva? A falta de preparo vai diretamente contra o que a legislação brasileira estabelece. A Constituição de 1988, por exemplo, traz um conjunto de direitos relacionados à educação, mas, na prática, muitos desses artigos não estão sendo cumpridos, principalmente quando se trata da formação dos educadores.

No art. 205 consta que a educação, é um direito de todos, deve ser promovida visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e à sua qualificação para o trabalho, mas como os educadores podem preparar os alunos com deficiência para o exercício da cidadania sem a formação necessária? O Art. 206 menciona a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, mas a inclusão verdadeira começa com professores que entendam e saibam lidar com as necessidades desses alunos.

Em resumo, enquanto os direitos garantidos pela legislação são claros, a falta de

formação específica dos professores mostra que esses princípios não estão sendo plenamente cumpridos. Isso impacta diretamente a qualidade da inclusão escolar, fazendo com que, apesar das leis, o desafio continue sendo enfrentado diariamente nas salas de aula.

A questão da comunicação é o maior desafio que a professora "I" enfrenta. Ela conta: "No caso de Moisés, é a comunicação, porque eu não entendo muito o que ele diz." Para ilustrar, ela lembra de um episódio em que ele precisava ir ao banheiro, mas ela não conseguiu entender de imediato o que ele queria: "É de entender ele. Sim, ele se expressa. Ele já teve necessidade de vir ao banheiro e ele me chamou. Aí, eu demorei um pouco, mas eu entendi que ele queria ir no banheiro." Esse exemplo nos mostra como a comunicação é fundamental para a inclusão, e a falta de estratégias adequadas pode resultar em algum tipo de transtorno para o aluno, o que reforça a necessidade de ferramentas e treinamento para os professores.

Com relação às atividades, as professoras relataram uma certa resistência dos alunos a atividades adaptadas. Assim, a professora "M" observa: "Às vezes, ele não quer fazer as atividades adaptadas. É como se ele quisesse se sentir igual aos outros." A professora "K", em resposta, explica sua abordagem: " [...] um probleminha: ele não gosta muito de fazer atividades diferenciadas, como se ele tivesse um receio de estar sendo tratado de forma diferente. Aí a gente tem que saber dar esse jogo de cintura." Esse cenário evidencia a importância de se trabalhar em equipe. A prática de planejar atividades em conjunto entre o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o professor regular é fundamental para garantir que as barreiras de aprendizagem sejam superadas de forma eficiente. Como ressalta Bedaque (2014, p. 89), "A prática de planejar atividades em conjunto é fundamental para que o professor do AEE e o professor regular possam garantir que as barreiras de aprendizagem sejam superadas de forma eficiente." Assim, ao adotar esse método colaborativo, educadores podem não apenas atender às necessidades específicas dos alunos, mas também fomentar um ambiente onde todos se sintam iguais e valorizados.

Diante disso, uma questão importantíssima levantada pela professora "AEE" foi a interação entre a sala de AEE e a sala de aula também se mostra desafiadora. A professora "AEE" menciona que "a interação deveria ser entre a sala de AEE e a sala de aula, e às vezes a família também não faz a sua parte." Ela também destaca uma questão em relação à gestão da escola: "A gestão em si faz tudo para ajudar, mas às vezes é questão de não querer se indispor com o professor tal." Isso revela como a resistência de alguns educadores pode minar os esforços de inclusão, um ponto que enfatiza a necessidade de um trabalho colaborativo entre todos os profissionais da escola.

Com isso, a professora "AEE", menciona uma situação específica: "Já vi o

coordenador pedir para não insistir muito com fulaninha, porque poderia fazer com que ela ficasse com raiva.” Essa resistência pode dificultar a implementação de práticas inclusivas, pois a inclusão só é efetiva quando todos estão comprometidos e engajados. A professora “AEE” conclui: “Inclusão só realmente acontece quando começa do porteiro, da merendeira, da gestão, da auxiliar, do professor e da família. Se não houver isso, a gente não... é isso. A gente passa 4 horas na escola com o aluno, a família passa o resto dos horários, e aí?”. Alinhando-se ao que Bedaque (2014) destaca que a inclusão escolar deve ser entendida como um direito fundamental e uma responsabilidade compartilhada por toda a comunidade escolar, não sendo tarefa exclusiva dos professores de AEE” (Bedaque, 2014, p. 42).

Essa visão reforça a ideia de que, para promover uma inclusão efetiva, é fundamental que todos os membros da comunidade escolar – desde a gestão até as famílias – estejam engajados e dispostos a colaborar

2.3 Colaboração entre professores

A colaboração entre professores é muito importante para garantir a inclusão de alunos com necessidades especiais. O apoio mútuo e a troca de experiências entre professores da sala regular e os do Atendimento Educacional Especializado (AEE) fazem toda a diferença. No quadro a seguir, vamos explorar os principais pontos dessa colaboração.

Tabela 5 - Colaboração entre os professores do AEE e da sala de aula

ENTREVISTADOS	INTERAÇÃO ENTRE O PROFESSOR DO AEE E OS PROFESSORES REGULARES
Professora AEE	<p>“Essa parte a gente acaba descobrindo sozinho, porque, assim, se a gente desse no início do ano o roteiro, se tivesse essa interação... 'Olha, fulaninho está com comportamento assim, olha fulaninha não está com dificuldade nisso.' Sempre conversar, sempre buscar. A gente percebe que é um professor que inclui, é aquele que bate na sua porta na primeira reunião da escola.”</p>

ENTREVISTADOS	INTERAÇÃO ENTRE O PROFESSOR DO AEE E OS PROFESSORES REGULARES
Professora K	“Acho que sim. Se a gente tivesse um contato melhor entre os dois grupos de profissionais, conseguiríamos nos entender melhor, até em questão de conteúdo e das disciplinas.”
Professor A	“Ah, sim, sempre pode ser melhorada, né? Nada é 100%, nenhum aspecto sempre deve ser melhorado.”
Professora I	“Sim, definitivamente. Eu percebo uma grande falta de comunicação entre os professores de AEE e os da sala de aula. Muitas vezes, não há essa troca de informações que poderia ajudar muito.”
Professora M	“Sim, principalmente como eles têm formação, tentar orientar a gente, né? Ou então pra trocar alguma experiência, né? Porque, às vezes, tem até a experiência para passar pra eles, e eles, mais ainda, pra gente.”

Fonte: produção da pesquisadora.

A colaboração entre professores regulares e especialistas em Educação Especial é essencial para promover um ambiente inclusivo e melhorar os resultados nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). O Professor “AEE” menciona que essa interação muitas vezes acontece de forma improvisada: “Essa parte a gente acaba descobrindo sozinho, porque, assim, se a gente desse no início do ano o roteiro, se tivesse essa interação... 'Olha, fulaninho está com comportamento assim, olha fulaninha não está com dificuldade nisso.' Sempre conversar, sempre buscar.” Ela também fala sobre o professor que não faz nada para o aluno, onde ela destaca: “Professor que chega, “pelo amor de Deus, como é que eu vou fazer as provas de fulano? O que eu faço para ele?” Você percebe que naquele semestre, naquele bimestre, o professor não fez nada com o aluno, porque o professor que se preocupa com a prova está mostrando que não trabalha nenhum tipo de atividade.”, ela ainda

acrescenta: “Se eu conheço meu aluno, se estou no dia a dia com ele, se faço atividade X, se faço isso, se faço adaptação de atividade aqui, na prova eu não tenho dúvida. Eu sei qual é a atividade que eu vou passar para ele, não é isso? Mas, infelizmente, quando vemos aqueles professores se descabelando... “Ai, meu pai, a prova de fulano, como é que faz?” Ou pegam aquela prova que o professor da manhã fez e passam para o da tarde, copiada, copiada.” Diante disso notamos o quão importante é a colaboração entre esses professores como Bedaque (2014), destaca que “A prática colaborativa é a base para uma educação inclusiva de sucesso, pois somente com a união entre os professores do AEE e os da sala de aula regular é possível superar os desafios impostos pelas diferenças de aprendizagem.” (Bedaque, 2014, p. 97)

Portanto, a preocupação apenas com as provas, sem o acompanhamento adequado, acaba sendo um reflexo dessa falta de preparo e troca. Essa fala traz uma reflexão importante: se houvesse uma colaboração mais constante e bem estruturada, o professor não chegaria nesse ponto de desespero.

A Professora K acredita que melhorar o contato entre as equipes pode facilitar a troca de conhecimentos: “Acho que sim. Se a gente tivesse um contato melhor entre os dois grupos de profissionais, conseguiríamos nos entender melhor, até em questão de conteúdo e das disciplinas.” Essa visão reflete a importância de uma abordagem colaborativa, onde todos os profissionais envolvidos deveriam compartilhar experiências e soluções práticas. Quando há esse contato mais próximo, os professores podem identificar as necessidades específicas de cada aluno com mais facilidade, o que possibilita intervenções pedagógicas mais eficazes.

A comunicação entre educadores é vital. A Professora “I” aponta que a falta de feedback é um obstáculo: “É porque eles solicitam muito relatório da nossa visão para com o aluno, mas a gente não tem o retorno. Nenhum relatório assim: ‘Olha, estou trabalhando isso com Moisés, por exemplo, ele já alcançou isso, isso e isso.’” Quando perguntando o que seria necessário para melhorar essa comunicação, se seria necessária uma ponte para fazer essa relação melhorar, ela diz: “Isso, alguma ponte. Algo, por exemplo, a gente não tem um planejamento, um PEI. Se a gente pudesse receber algo de retorno, algum relatório relatando o desenvolvimento da criança, alguns pontos, seria bem legal. Porque a gente ia refletir sobre a nossa prática também e relacionar com a sala de AEE.” Portanto, para ela, um planejamento mais estruturado e a elaboração de um planejamento educacional individual (PEI) seriam fundamentais para refletir sobre as práticas.

O professor "A" foi bem objetivo ao comentar que "sempre pode ser melhorada, né? Nada é 100%, nenhum aspecto sempre deve ser melhorado." Ele destacou de forma simples que, por mais que a colaboração aconteça, sempre há o que ajustar e aperfeiçoar para que o

trabalho entre os professores regulares e os de AEE seja mais eficiente. Afinal, tudo pode evoluir.

A professora “M”, comenta que, como os professores de AEE têm uma formação mais especializada, eles podem ajudar muito ao orientar o pessoal da sala regular, ela destaca que trabalha muito aleatoriamente, ela diz: “Assim, a gente vê, faz uma atividade pra ele; se ele dá pra fazer, a gente continua; se ele não vê, a gente vai regredir.” Porém quando perguntada se ela procura a professora “AEE”, ela é enfática em dizer: “Não, infelizmente não. Às vezes, raramente, a coordenadora que aparece, né? Mas não tem esse negócio de sentar e dizer: “Olha, gente, essa deficiência, entendeu? Você poderia trabalhar desse jeito.” Dá algumas sugestões, né? É porque ano passado ela até mandou um livro pra escola, mas um livro igual para todas as crianças, e não é assim. Um sabe, outro não sabe, né? É pra ser um livro adaptado a cada, né?”

A colaboração entre os professores de AEE e os regulares é um aspecto que precisa de melhorias. Como destacado por Bedaque (2014): “A colaboração entre os professores do AEE e da sala regular tem como principal objetivo garantir que os alunos com deficiência tenham acesso a um ensino de qualidade, favorecendo seu desenvolvimento acadêmico e social.” (Bedaque, 2014, p. 60)

Portanto, a falta de comunicação e suporte adequados pode impactar negativamente o desenvolvimento dos alunos. Portanto, investir nessa parceria é fundamental para promover uma educação inclusiva e de qualidade, onde todos os estudantes tenham a chance de prosperar.

Quando levantada a questão sobre a importância de se reunir no início do ano letivo, os professores que acompanharam os alunos no ano anterior e aqueles que vão trabalhar com eles no presente. O Professor “AEE” expressa ceticismo: “Talvez mudaria ou iria piorar, porque o professor da sala regular vai assustar o outro professor. Aí ele não faz nada, ele não fica quieto.” Isso revela a necessidade de um acolhimento mais colaborativo desde o início do ano, alinhando-se ao direito de todos à educação de qualidade, conforme disposto no Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade” (BRASIL, 1988).

No entanto, um desafio importante é a eficácia dos relatórios sobre o desempenho dos alunos, quando perguntada se os relatórios mascaram a realidade, o Professor “AEE” critica: “Máscara diz que faz isso, faz aquilo, mas na verdade não faz. Tem muito professor hoje em dia que realmente está deixando muito a desejar. Coisas que, para ele inserir aquele aluno, para ele incluir aquele aluno, faria pouquinha coisa, com pouquinha coisa ele conseguiria.”

Essa crítica evidencia que, sem fiscalização, a inclusão pode ficar apenas no discurso.

A atuação do cuidador também merece destaque. O Professor “AEE” alerta que, embora alguns cuidadores sejam valiosos, outros podem acabar excluindo o aluno das atividades: “Às vezes, eu acho que o cuidador chega a excluir mais do que incluir, porque o cuidador senta lá com o aluno e vai fazer aquela coisa com ele, e a aula está acontecendo ali.” Essa observação aponta para a necessidade de um trabalho conjunto e integrado, onde todos os profissionais colaborem para a inclusão.

Por fim, a comunicação entre educadores é vital para o desenvolvimento de ensino/aprendizagem desses alunos, fica claro que a inclusão de alunos com deficiência nas atividades escolares exige um esforço coletivo. É necessário estabelecer uma ponte entre os profissionais, onde a troca de experiências e informações flua de maneira contínua. Assim, não apenas se cumpre a legislação, mas se garante um espaço mais acolhedor e produtivo para todos os alunos.

2.4 Recursos e apoios solicitados

Vamos explorar o que os professores têm a dizer sobre os recursos e apoios que solicitam ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) para facilitar a inclusão de alunos com deficiência. As falas revelam a importância de ter apoio prático e materiais que realmente ajudem no aprendizado.

Tabela 6- Recursos/Apoio

ENTREVISTADOS	RECURSOS/APOIOS QUE SÃO SOLICITADOS AO PROFESSOR DO AEE
Professora AEE	"No atendimento, a gente usa jogos de acordo com a necessidade da criança. Se a criança não consegue pegar no lápis ou tem problemas de comportamento, tudo isso é trabalhado conforme o que ela precisa. Não posso especificar um único recurso, porque atendo várias crianças."
Professora K	“Eu acho que, por exemplo, sugestões de atividade, né, que a gente pudesse fazer, talvez até um material mais lúdico que a gente pudesse utilizar em sala de aula com ele, algo com cores e formas.”

ENTREVISTADOS	RECURSOS/APOIOS QUE SÃO SOLICITADOS AO PROFESSOR DO AEE
Professor A	"Sim, sim. Sempre os recursos e atividades, acompanhamento das atividades adaptadas dentro do conteúdo da aula. Se o aluno e a aluna, ele também desenvolve lá, esse trabalho em conjunto."
Professora I	"Atividades adaptadas."
Professora M	"Não existe, não procuro. Só material, só folha mesmo, material impresso, de forma adaptada. Nenhum material lúdico. Como eu disse a você, não há tempo."

Fonte: produção da pesquisadora.

A Análise das falas dos professores sobre os recursos e apoios que solicitam ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) revela uma realidade que reflete os desafios enfrentados na prática educacional inclusiva. A Professora K, por exemplo, enfatiza a importância de receber sugestões de atividades que sejam mais lúdicas e coloridas, além de mencionar a necessidade de não fazer com que o aluno se sinta diferente ao receber tarefas diferenciadas, porém vale ressaltar que ela não tem nenhum tipo de contato com a professora do AEE para ter um apoio sobre como implementar essas atividades nas suas aulas. Já o professor A, tem um posicionamento diferente, ele afirma que procura sim, a professora do AEE, onde quando perguntado se ele entra em contato com a professora, para saber o que pode melhorar a aula para esses alunos, ele diz que: "Isso, melhorar e como ele também, e como ele está desenvolvendo esse assunto também, aí no AEE, tem que ter essa parceria". Essa abordagem está em linha com o que Bedaque (2014) destaca sobre a prática colaborativa, que é essencial para criar um ambiente inclusivo e que respeite as individualidades dos alunos. Quando os professores conseguem adaptar as atividades de maneira que todos se sintam parte do processo, eles favorecem a participação ativa dos alunos.

O professor A, também mencionou a necessidade constante de recursos e acompanhamento nas atividades adaptadas. Isso nos mostra que, mesmo com as boas intenções, a implementação de práticas inclusivas ainda enfrenta barreiras significativas,

especialmente quando se trata de recursos pedagógicos adequados. Essa situação é corroborada pela afirmação de que muitos professores se sentem despreparados devido à falta de formação específica durante a graduação, como mencionado pelo Professor A. Esse ponto é relevante, pois sublinha a importância de uma formação contínua que possa capacitar os docentes a lidar com a diversidade na sala de aula.

A Professora I, por sua vez, aponta que as atividades adaptadas são responsabilidade dela e não uma iniciativa do AEE. Quando perguntada sobre: “Você solicita a ela essas atividades ou ideias de atividades?”, ela diz que: “Não, a gente que tem que produzir.” Em complemento, eu questiono: “Mas você não chega a falar com ela, solicitar nada assim, nenhum apoio?” “Não, porque isso fica muito assim. É se tem ou se não tem. A gente fica com receio; o professor de sala regular fica com receio de estar buscando, procurando. Eu sinto muito isso.” É como se existisse um certo medo de pedir ajuda ou apoio, talvez porque eles não saibam como essa colaboração funcionaria na prática. Esse receio que a professora cita, mostra claramente como a falta de comunicação entre esses profissionais afeta diretamente o dia a dia na sala de aula.

É preocupante perceber que mesmo sabendo que poderia ter apoio, essa interação simplesmente não acontece. Isso acaba colocando uma carga ainda maior nas costas dos professores, que já estão atolados de responsabilidades. Tudo isso nos faz pensar em como é fundamental criar um ambiente onde todos os professores se sintam à vontade para buscar ajuda e trocar ideias. No fim das contas, a inclusão é uma responsabilidade coletiva, e a colaboração entre os profissionais é o que pode realmente fazer a diferença na vida dos alunos. É um lembrete de que, juntos, eles podem construir um espaço de aprendizagem mais acolhedor e eficaz para todos. Isso se conecta com o que Bedaque (2014) sugere, que a colaboração e a troca de experiências entre os profissionais são fundamentais para superar os desafios na inclusão. Se não houver uma comunicação efetiva e um apoio mútuo entre os educadores, fica difícil garantir que os alunos com deficiência recebam a atenção e os recursos adequados.

Já a fala da Professora M, destaca a falta de tempo para se dedicar a adaptações mais elaboradas. Essa realidade é uma barreira significativa para a inclusão, já que a falta de recursos pode levar a um ensino que não atenda às necessidades específicas dos alunos com deficiência. Isso reforça a ideia de que é fundamental que as escolas se comprometam a oferecer os recursos necessários e a formação contínua para os educadores, de modo que possam atuar de maneira mais eficaz e consciente.

Portanto, as falas dos professores revelam um panorama que evidencia a importância

de uma abordagem colaborativa e integrada entre os professores de AEE e os docentes da sala regular. É preciso que haja um diálogo constante e que as práticas educativas sejam adaptadas com base nas necessidades reais dos alunos. O desafio da inclusão não está apenas na responsabilidade individual, mas na construção coletiva de um ambiente escolar que respeite e valorize a diversidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre os desafios e a colaboração entre os professores do ensino regular e os do Atendimento Educacional Especializado (AEE), fica evidente que há um longo caminho a ser percorrido para que a inclusão escolar se torne uma realidade efetiva. A falta de comunicação e entendimento entre esses profissionais é um dos principais obstáculos que impede a construção de um ambiente educacional verdadeiramente acolhedor para todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades especiais.

É triste perceber que, em muitas escolas, há professores que nem sabem quem é o professor do AEE, e, para complicar ainda mais, muitos ignoram que seus alunos estão recebendo esse atendimento. Essa desconexão não apenas prejudica a colaboração, mas também impede que se desenvolvam estratégias educativas que façam a diferença na vida dos estudantes. Afinal, o AEE não deve ser visto apenas como uma sala de reforço, mas como um espaço essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso ao conhecimento de maneira significativa.

A inclusão escolar é muito mais do que simplesmente ter alunos com necessidades especiais fisicamente presentes nas salas de aula. Para que a educação seja inclusiva de verdade, precisamos adotar metodologias ativas e promover um trabalho em equipe que valorize a diversidade e a individualidade de cada aluno. Isso requer uma mudança de mentalidade por parte dos educadores, que devem estar dispostos a aprender e a se adaptar às necessidades de seus alunos.

Uma das professoras que participaram deste estudo trouxe à tona uma visão que reflete essa falta de compreensão: para ela, o AEE é apenas uma sala de reforço. Essa perspectiva limitada mostra o quanto é crucial promover um entendimento mais amplo sobre o papel do AEE e suas contribuições para a inclusão. É fundamental que todos os professores vejam a importância da colaboração entre eles, reconhecendo que o trabalho do professor do AEE não é um "adicional", mas sim uma parte vital do processo educativo.

Além disso, a experiência do AEE pode ser um poderoso aliado na construção de um ambiente escolar mais inclusivo. Quando os professores do ensino regular e os especialistas do AEE se unem, eles podem criar um espaço de aprendizado que realmente atenda às necessidades dos alunos. A colaboração entre essas equipes é essencial, pois, quando os professores se comunicam e compartilham informações, eles conseguem desenvolver estratégias que beneficiam todos os alunos, promovendo um aprendizado mais significativo e efetivo.

Outro ponto importante que emerge dessa análise é a necessidade de promover um espaço de diálogo entre os educadores. É fundamental que as escolas desenvolvam oportunidades para que professores do ensino regular e do AEE possam se encontrar, discutir práticas e planejar juntos. Isso não apenas fortalece a parceria entre eles, mas também contribui para a construção de um ambiente educacional onde todos os alunos se sintam acolhidos e apoiados em seu processo de aprendizagem.

Além disso, a colaboração precisa se estender além das paredes da sala de aula. O envolvimento dos pais e da comunidade escolar é vital para fortalecer essa rede de apoio. Quando os educadores se reúnem com as famílias e outros profissionais envolvidos, eles podem compartilhar experiências, desafios e estratégias que funcionam. Essa troca de ideias pode enriquecer o trabalho de todos e promover uma visão mais holística da educação inclusiva.

Por fim, esperamos que esta pesquisa sirva como um convite à reflexão para todos os educadores. Que possamos, juntos, buscar formas de melhorar nossa prática e garantir que cada aluno, independentemente de suas necessidades, tenha acesso a uma educação de qualidade. A inclusão é um compromisso que deve ser abraçado por todos, e isso só será possível com a colaboração genuína entre professores, pais e a comunidade. Ao trabalharmos juntos, podemos transformar a realidade educacional e garantir que todos os nossos alunos se sintam valorizados e parte integrante do processo de aprendizagem. Nos unir a favor da inclusão é construir um futuro melhor para todos os alunos, reconhecendo suas singularidades e promovendo um ambiente onde cada um possa brilhar e alcançar seu potencial máximo. Essa é a verdadeira essência da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. *Por uma prática colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014. p. 42.

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. *Por uma prática colaborativa no AEE: Atendimento Educacional Especializado*. 2014. p. 60, 97, 89.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Seção 1, p. 8.

BRASIL. *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Fixa normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 nov. 2011.

BRASIL. *Lei nº 5.692/71, de 11 de agosto de 1971*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Diário Oficial da União, Brasília, 12 ago. 1971. Seção 1, p. 6.377.

BRASIL. MEC/SEESP. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008. p. 15.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008. p. 17-18.

BRASIL. *Resolução CNE/CEB 4/2009*. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009. Seção 1, p. 17.

O Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001*. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 12 set. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 21.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ENTREVISTA PROFESSORA AEE

Professora: AEE

1. Qual é a sua formação acadêmica e experiência profissional relacionado ao atendimento educacional especializado?

“Eu tenho graduação em Pedagogia, e pós em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal do Ceará. Tenho também Psicopedagogia, não lembro o nome, se é FAÍSA, alguma coisa assim, e terminei ABA há pouco tempo pela EESAP. Eu trabalho na área da educação inclusiva, acho que desde 2012, quando terminei a pós em Atendimento Educacional Especializado. E de lá pra cá, no município de Belém, né, que eu trabalho desde 2012, aqui eu comecei em 2018. Estou desde 2018. Eu trabalhava na escola José Fortuna, que é na Nica, e foi a única escola contemplada com a sala de recurso multifuncional pelo MEC. Mas, como a demanda do município era grande, o que aconteceu? A gente fez uma ata pelo Conselho Municipal de Educação e fez a transferência dessa sala de lá, que só tinha um aluno, que já era, acho que ele tem uns 40 e poucos anos e tinha síndrome de Down. A gente trouxe a sala para o Aparecida. Aí, no ano passado, eu trabalhei na escola José Coutinho, mas, para o censo, a sala ainda era do Aparecida, porque ela veio só emprestada, já que lá não tinha espaço, pois a escola Humberto Lucena está em reforma e está utilizando o espaço de lá.”

2. Para você, qual a importância da sala de atendimento educacional especializado (AEE) no desenvolvimento educacional e de habilidades nos alunos com deficiência?

“Olha só, a sala de atendimento educacional especializado, ela é um, tipo assim, ela é um elo com a sala regular. A gente tinha que ter essa interação. Quem pensa essa parceria que realmente não acontece, o professor, a gente assim, a gente faz um, a gente manda um roteiro pra sala, para que o professor nos repasse, qual são as habilidades que o aluno tem, qual são a dificuldade, às vezes, às vezes é uma comorbidade, alguma coisa, alguma coisa que vem da deficiência, e às vezes não, às vezes é uma coisa que o aluno às vezes entra na escola que ele tem deficiência, e ele vai assim, passa da educação infantil, até o primeiro ano, o segundo ano e tem professor que não tá nem aí, mas que acha que qualquer atividade serv, que o aluno por ter um laudo não tem capacidade, que não precisa de, não são todos, a gente sabe que tem

exceção, então assim, a gente deveria trabalhar com, mais com jogos. Com habilidade para desenvolver, pra que assim, pra que eles tenha a interação dele tanto na sala regular como no meio social, trabalhar aquela, aquela dificuldade que ele apresenta que seja, que dificulta a convivência dele com os demais, mas a maioria das vezes a gente vai trabalhar mais processo de alfabetização. Porque às vezes a gente faz a nossa parte e a parte da sala regular, se a sala, se o atendimento fosse voltado só para o atendimento, seria bem melhor se a parte da sala, da sala de aula, fizesse a parte dele, seria muito bom, mas ultimamente isso não vem acontecendo, muitas vezes o aluno vem, muito tempo, muito tempo, sendo só integrado numa sala, invés de ser incluído, inserido, em participar de tudo, as vezes, professor, já cheguei em escola, aqui, no primeiro dia de aula, professor chegava lá, professor tal, pediu para tirar cópia desse desenho, aí eu disse, me dá cá que eu tiro a cópia, aí quando eu ia chegar na sala, eu digo, pra quem é esse desenho, não pra fulaninho, não conheço ele, aí ele tava lá, com cópia e leia, e tava lá com a letra desse tamanhinho, e para os alunos lê, as colunas de, palavras bem simples, aí, o aluno com, ele necessitava de um cuidador escolar, aí eu sentei do lado do cuidador, disse pega uma folha de ofício, pega uma caneta, peguei um piloto, uma caneta piloto, disse, transcreve para as palavras em bastão, ela transcreveu, agora pede para o aluno copiar, aí o aluno foi e copiou, agora tenta ver se ele consegue ler, e ele conseguiu, então assim, seria essa a atitude que um professor da sala regular, teria, mas não, então essa função que eu quero te dizer, essa função, que muita das vezes a gente tem que fazer na sala, no atendimento, porque o professor não faz a parte dele na sala de aula, aí assim, a gente faz como se fosse assim, a sala do AEE, está como se fosse um socorro.”

Uma sala de reforço?

“Uma sala de reforço é um socorro para aquele aluno que, às vezes, muitas vezes, porque assim, se meu aluno com deficiências não consegue, se ele não consegue pegar no lápis, então é a minha função trabalhar aqueles movimentos para que ele consiga pegar um lápis, para que ele consiga escrever na sala dele, para que ele supere aquelas limitações. A gente está lá para superar essas limitações e, muitas das vezes, a gente tem que fazer aquilo e um pouco mais, e um pouco da parte da sala regular. Às vezes, até quando é aula, assim, do quinto ano, o aluno diz: "Mas, tia, ela passou um assunto que eu não consigo fazer, não sei nem pra onde vai." Então, às vezes, eu vou passar um vídeo no YouTube explicando aquela aula, aí eu imprimo a atividade, faço uma adaptação naquela atividade. Quando é um professor acessível, ele é bem acessível pra sentar comigo. Aí eu sento, mostro pra ele, às

vezes levo um jogo lúdico que o aluno consegue seguir aquele conteúdo. Mas, às vezes, o professor impõe uma barreira tão grande que a gente não consegue ter acesso. E assim, às vezes, fulaninha termina ficando com raiva de tanto insistir, porque quer que ela faça a atividade ou alguma coisa para fulano. E não é. É meu papel fazer aquilo, é meu papel fazer a interação, porque, realmente, a sala do AEE só faz sentido se tiver interação com a família, orientação à família, e orientação com a sala regular.

A promotora veio me visitar semana passada, aí perguntou pra mim qual era a interação que eu tinha com a sala regular. Eu disse: muitos professores, algumas vezes, eu oriento em atividade, em alguns jogos e agora a gente tá inserindo o PEI, né? E tem professor que diz: "Ah, não, ela não acompanha tudo." Tudo bem, então vou fazer uma atividade que quero ver qual a dificuldade que você vai colocar no PEI para fazer com ele. Porque tem professor que, na verdade, diz que o aluno não acompanha porque ele acha que o PEI é um bicho de sete cabeças, o que na verdade não é, né? Na verdade, você vai colocar lá só o que realmente o aluno precisa, qual a dificuldade dele naquele conteúdo. É você pensar em que, daquele conteúdo X, o que você vai fazer com o seu aluno, só isso."

3. Como são desenvolvidos e implementados os planos individuais de atendimento para cada aluno?

"Então, assim, inicialmente a gente começa com a entrevista com as mães, que é a anamnese. Aí, a gente faz um cronograma e vai convidando as mães, porque a anamnese é muito extensa, muito extensa. Tem muitas perguntas desnecessárias na anamnese, que a gente tira, algumas que eu nem coloco lá. Na anamnese, a gente procura informações da gravidez até o dia de hoje, como está, se tem atendimento, como está o desenvolvimento, tudo isso. Aí, depois, a gente faz o quê? A gente tem um roteiro para a sala regular, que é um roteiro de preposição de casos. A gente manda para a sala de aula, mas muitas vezes não vem o que a gente quer. Às vezes é simplesmente uma pergunta, por exemplo, se o aluno tem um amigo predileto. Aí ele coloca "sim", mas não cita nem o nome do colega, e se "não", coloca "não", sem citar o motivo de não ter amigos. Ele não tem em relação, ele não consegue, ainda. A gente ainda está fazendo essa interação na sala de aula para que ele possa interagir com os demais.

Depois dessa preposição de caso, a gente faz uma sondagem da sala e cria um estudo de caso, com a parte do laudo, que inclui os dados pessoais, a fala da mãe, desde o nascimento até os dias atuais, e a parte da sala regular. No final, a gente faz um breve comentário sobre

como são os atendimentos, como é o aprendizado deles, o que a gente vê no desenvolvimento daquele aluno, quais as habilidades e quais as dificuldades que apresenta. A partir disso, a gente faz uma análise e clarificação do problema e cria um estudo de caso e um plano de AEE. No plano de AEE, a gente coloca os objetivos, o cronograma de atendimento, as atividades, os recursos que serão utilizados e o meio de avaliação. Eu acho que o plano de AEE é um modelo nacional.”

Mas é adaptado, você adapta a sua realidade?

Isso é de acordo com nossa realidade. A gente coloca lá, realmente, as necessidades dos alunos. Não é um modelo, é o roteiro, que é o modelo nacional, entendeu? Não é que eu vou colocar tudo; não tem que ser tudo.

4. Quais são os principais desafios que você enfrenta como professora do atendimento educacional especializado?

“Eu acho que o principal desafio é esse: é a parte da interação que deveria ser, essa interação entre a sala de AEE e a sala de aula, e às vezes a família também, que cobra muito, mas não faz a sua parte. Porque, assim, a mãe que leva o aluno para o atendimento de fono, o fono também passa estimulação para casa, e muitas vezes os pais não fazem, né? Muitas vezes, a dificuldade é essa: a gente tem aluno aqui que deveria dar continuidade às terapias, e o que acontece é que os pais, quando recebem, não são todos, mas há exceções. Tem pai que recebe o BPC e não leva mais. E tem outros que, quando a gente, como parte pedagógica, começa a atender, aí dificulta mais ainda. Porque, quando o aluno está perto de fazer uma perícia, às vezes tem medicação para dar, e não dá; tem terapia para fazer, e não faz. Até que o aluno comece a receber o BPC, e o pai saiba que isso não vai mais atrapalhar, aí ele não faz tudo direitinho como mandado. Aí eu digo: “Você está dando medicação a essa criança? Essa criança está fazendo terapia?” E a pessoa responde: “Está, mulher, eu dou todo dia.” Mas eu noto que não é uma criança que está regulada, e uma criança para estar regulada precisa de terapia e medicação, de acordo com a necessidade dela.”

No caso, você acha que o principal desafio é esse, dos pais?

“Dos pais, e a interação que, às vezes, é a resistência dos professores. Às vezes, é aquele professor que tem uma resistência e não quer ajudar.”

Mas indo para o outro lado, você acha que a questão da gestão da escola poderia contribuir e ajudar nessa interação?

“Poderia sim, eu acredito que sim. A gestão em si, eu vejo aqui na escola, faz tudo para... mas, às vezes, é não querer se indispor com o professor tal. Ah, o professor tal é tão bom, que todo mundo elogia, que sei o quê, mas quando vai para o lado da inclusão, não tem aquela inclusão desejada. Às vezes eu vejo o lado da gestão, como a gente leva para o coordenador, a gente leva para o secretário, mas a gente vê que ninguém resolve nada. Ah, é um professor concursado, aí é um professor assim, pede para, já vi, pede para Iane: "Não, não, não insistir muito com fulaninha, que ela vai terminar ficando com raiva dela, porque está insistindo tanto em atividade para fulano." Aí vem a minha parte. Se um professor desses entrega ou se um professor desses tem alguma, de quem vai ser a culpa? Minha, onde eu estava lá só para ajudar, porque, assim, se ela sozinha não está conseguindo, eu e ela conseguiríamos 10%, 20%, e assim íamos conseguindo aos pouquinhos, né? Porque inclusão, você sabe, ninguém faz sozinho. Inclusão só realmente acontece quando começa do porteiro, da merendeira, da gestão, da auxiliar, do professor e da família. Se não houver isso, a gente não... é isso. A gente passa 4 horas na escola com o aluno, a família passa o resto dos horários, e aí?”

5. Como as salas de atendimento educacional especializado podem contribuir para inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola?

“A gente tenta, a gente conversa para que se faça o PEI, que ali é onde vai fazer a adequação das atividades. A gente conversa, a gente tenta orientar para que se veja as necessidades daqueles alunos, quais são as habilidades que ele consegue. Porque muitas vezes o professor só foca mais na dificuldade: "O aluno consegue isso, o aluno não consegue aquilo", mas você já tentou dessa forma? Já tentou em forma de jogos?”

Eu não estou falando só do município daqui. Essa inclusão é difícil porque quase ninguém quer fazer sua parte, né? Isso, quase ninguém quer achar que é cômodo o aluno entrar na sala, sentar na cadeira, e quando é aquele aluno problema, o cara chama o gestor: "Não tô conseguindo, leva pra salinha ali, leva pra lá". E quando é aquele aluno que não

apresenta nenhum tipo de agressividade, que está na dele, então esse o professor esquece na sala, faz qualquer atividade e pronto.”

E acaba prejudicando, né?

“E acaba prejudicando muito. Aí vai passar anos, o aluno tá no primeiro ano, depois vai para o segundo, vai para o terceiro, e se não aprendeu no primeiro, então no segundo que não vai aprender. Cheguei em uma sala de quinto ano, e eu disse: “Vamos tentar fazer um alfabeto ilustrado, vamos fazer isso e aquilo para ver se conseguimos.” Eu tinha um aluno com deficiência lá, mas eu já estava falando da sala toda, porque ela tinha, eu acho, 20% da sala com dificuldade de aprendizado. Aí ela disse, olhou para mim assim: “Se eles não aprenderam até agora, agora que eles não vão aprender a ler mesmo.” Aí eu faço o que com a minha parte? Só se você for lá no Ministério Público e denunciar, porque com gestão e secretária em si, e eu acredito assim, sabe? Os pais sabem dos direitos na saúde, mas não sabem que o filho tem o mesmo direito à educação. Às vezes, essa limitação já vem de casa. Tem muita paz que diz: “Ele quer vir para a escola só por vir, ele não aprende nada.” Aí eu digo: “Gente, ele aprende sim, não é do jeito esperado pelos demais, porque ninguém tem um aprendizado igual. Cada um aprende de um modo diferente.” Mas, se você tem 50% da sua sala que não aprende, a culpa é do aluno? Não, é da metodologia. O problema está mais no professor realmente do que nos alunos. Se você passa um conteúdo e metade da turma não aprendeu, você tem que repensar como passar esse conteúdo para aquela turma. Às vezes você vê assim: Eu fui trabalhar subtração com um aluno de quinto ano. Aí, quando eu mostrei, ele disse: “Essa conta desse tracinho aqui eu não consigo fazer.” Aí eu disse: “Como é que você faz em sala?” Ele respondeu: “Não, professor, ele passa no quadro, espera os demais responderem, e eu olho para mim e digo: ‘Peraí que tu faz, visse?’” Aí, quando ele vai para o quadro responder com os demais, eu vou e copio a resposta. Se ele nunca sentou com você, nunca usou nenhum recurso, porque a gente sabe que um aluno com deficiência e muitos alunos com déficit de aprendizado não vão conseguir só com você falando e explicando. Você tem que usar recursos concretos e fazer a demonstração. Às vezes, se você for trabalhar na sala, por exemplo, o sistema monetário, se você só falar, falar, falar, o aluno não compreende. Se você levar para o lado prático, o aluno dá um show. Eu fui lá, mostrei para ele, peguei o ábaco ou material dourado, e comecei a mostrar como era o processo de subtração. Fiz uma,

fiz outra com ele, e os demais responderam sozinhos. Aí ele disse: “Eu nunca tinha aprendido subtração, e é tão fácil.”

Você acredita que, se houvesse uma autorização ou cobrança formal do MEC, incentivando os professores da educação regular a se especializarem, qual seria o impacto?

“O problema de hoje é que tem muito professor que diz: “A gente não tem qualificação.” A gente tem, a gente não sabe. A gente recebe os alunos sem qualificação, sem nenhuma formação, mas são esses mesmos professores que, quando têm uma formação, não participam.”

Então o problema não está na qualificação?

“Não está na qualificação, eu acho que hoje em dia na escola o que está faltando, sabe o que é? É punição. Se o professor tem um aluno, aqui em Pirpirituba, a gente tem um incentivo: quem tem dois ou três alunos recebe 15% a mais no salário. Agora, deveria ser cobrado, certo? Deveria ser cobrado. Eu acho que, em relação aos professores, ah, mas a gente não pode forçar, a gente tem que mostrar os caminhos. Enquanto for mostrado, enquanto for isso, e não for cobrado nada, infelizmente, infelizmente, vai continuar no mesmo patamar. Ninguém vai fazer nada. Ninguém, assim, a gente fala assim, ninguém não, mas tem muitos professores bons, professores que fazem, tem muitos professores que incluem, tem muitos professores que realmente buscam aprender a adaptar atividades de acordo com a realidade daquele aluno. Não é qualquer atividade, não é uma atividade diferenciada a mais; tem que ser uma atividade adaptada à realidade daquele aluno.

Eu estou trabalhando, por exemplo, com os planetas. Então, eu tenho que ir lá e mostrar para ele como é que faz, e pode ser trazido para o resto da turma. Eu tenho um aluno do sexto ao nono ano. Minha primeira sala de atendimento em Belém foi do sexto ao nono ano, onde eu me decepcionei muito com a educação. A aluna tinha baixa visão. Eu dizia qual o tamanho da letra, me oferecia para fazer impressão, se mandasse para mim eu faria. A gente tinha uma lupa eletrônica, não sei se você conhece uma lupa eletrônica, é um recurso para aluno com baixa visão. É tipo um mouse, que a gente coloca assim, por exemplo, se o livro está aqui, vai colocar no notebook e lá aparece bem grandão, onde ele consegue ampliar

aquele livro todinho. Você vai colocando e consegue ler pelo tamanho da lupa, melhor que a lupa manual. A lupa eletrônica é um recurso de tecnologia assistiva. Aí eu falava isso, para levar o notebook, levar a lupa para a sala, isso e aquilo. Aí o professor dizia: "Não, que vai chamar muita atenção, todo mundo vai ficar prestando atenção nos demais, não sei o quê." Aí, de vez em quando, os alunos iam na sala e diziam assim, com uma cara desse tamanho: "Eu não trouxe nada para mim, eu não fiz nada até agora." Aí eu ia lá e dizia: "É realmente, eu esqueci. Acabei esquecendo. É muita coisa.

Infelizmente, muitos recursos que você pode utilizar em sala podem ajudar outros alunos com dificuldade, mas há professores que não querem ter trabalho, é comodismo. Eles passam o conteúdo, enchem o quadro, o que dá para dois ou três, porque nem todos acompanham aquela atividade. Mas fazer o quê? Eu acho que, mesmo que professores que não fazem inclusão deveriam ser punidos. Não ter esse negócio de formação, porque acho que todo município, por exemplo, teve o FORMAEDUC na EESAP. No meu município, fui eu, a coordenadora e a outra professora da sala do AEE. Daqui foram eu, Rita, outra cuidadora e outra menina que não sei de onde ela é. Só. Aí eu vou perder meu sábado. Tem professora que disse à minha amiga: "Eu não vou perder meu sábado, não, mulher. Eu trabalho a semana toda e vou estar lá no sábado estudando." Aí você vai dizer o quê? Vai forçar? Não pode. Aí você pode lá na frente dizer: "Ah, eu não sei lidar com isso porque eu não tenho formação, o município não fornece isso, não vem isso e aquilo." Ele só quer que a gente inclua e não ensina como fazer. Quando teve a formação do PEI na EESAP também, com um professor maravilhoso, o professor Gerson, ele explicou bem, passo a passo. Tem professor aqui que chegou e disse: "A diretora disse que fulaninha não consegue fazer, não que não aprendeu nada lá, não." "Consegue, não?" Daqui a pouco ela consegue. Eu vou lá sentar com ela, ela consegue. Vou repassar para ela o que ela não prestou atenção e eu prestei. Aí fui lá, ela disse: "Mas fulana não precisa, não, ela acompanha todos os conteúdos da sala, ela é boa em interpretação?" Ela disse: "É." Aí eu falei: "Então vou fazer um textinho com ela." Ela disse: "Não, não, ela tem um pouquinho de dificuldade. Então, é a parte que a gente vai fazer do PEI, é a interpretação. Quando você for passar, coloque lá a dificuldade dela em interpretação, isso e aquilo." Aí começou a surgir a dificuldade do aluno. O professor mandou um modelo quase pronto, tinha lá, era só modificar e colocar as dificuldades do aluno. E ainda é bom que, na hora que eu comecei a falar e citar algum tipo de dificuldade, ela identificou. Mas tem professor que não identifica, porque ele não conhece o aluno. Um aluno com deficiência você conquista. Como você conquista um aluno com deficiência? Você tem que conquistar na afetividade; ele tem que confiar em você. Se o aluno não confia em você, você não consegue

nada com ele, nada, nada, nada. Agora, o aluno senta lá e fica quietinho ou é aquele que dá problema, e o professor vai para lá, se aperreia, chama alguém, manda tirar da sala, manda levar para passear um pouquinho. Aí vai para a biblioteca, aí vai para a sala de AEE. Tem escola que é assim. Está desregulado, bota ali na sala de AEE um pouquinho que ele fica lá com o professor que passa. Às vezes estou em atendimento e digo: “Não, aqui não, eu estou atendendo, como é que vou ficar com ele?”

6. Como a colaboração entre os professores regulares e os professores especialistas em educação especial pode melhorar o ambiente e os resultados das salas de AEE?

“Essa parte a gente acaba descobrindo sozinho, porque, assim, se a gente desse no início do ano o roteiro, se tivesse essa interação... “Olha, fulaninho está com comportamento assim, olha fulaninha não está com dificuldade nisso.” Sempre conversar, sempre buscar. A gente percebe que é um professor que inclui, é aquele que bate na sua porta na primeira reunião da escola. É a primeira coisa: “Aqui é a sala do AEE, eu estou aqui todas as manhãs. Quem trabalha à tarde tem outro professor, mas se precisar de mim, eu estou aqui. Pode tirar dúvida, uma atividade que não consegue adaptar para o aluno, eu não vou fornecer porque é sua parte, mas eu vou lhe mostrar como é que faz. Posso fazer as primeiras.” Tem professor que eu faço ou ele não faz, o aluno não faz nada. Mas aí não tem essa de querer ajudar o aluno, porque você vê que aquele professor não está fazendo nada. Professor que chega, “pelo amor de Deus, como é que eu vou fazer as provas de fulano? O que eu faço para ele?” Você percebe que naquele semestre, naquele bimestre, o professor não fez nada com o aluno, porque o professor que se preocupa com a prova está mostrando que não trabalha nenhum tipo de atividade. Se eu conheço meu aluno, se estou no dia a dia com ele, se faço atividade X, se faço isso, se faço adaptação de atividade aqui, na prova eu não tenho dúvida. Eu sei qual é a atividade que eu vou passar para ele, não é isso? Mas, infelizmente, quando vemos aqueles professores se descabelando... “Ai, meu pai, a prova de fulano, como é que faz?” Ou pegam aquela prova que o professor da manhã fez e passam para o da tarde, copiada, copiada. Aí, quando o professor vem e diz: “Iane, faz adaptação da prova de fulano.” Eu digo para ele: “Mande o seu conteúdo, sua prova da sala regular.” Aí ele diz: “A sala da prova regular?” Eu digo: “Sim, mas ele não acompanha?” “Mas ele não estava na sala?” Eu faço a adaptação na hora da prova com ele. Tem que ser o mesmo conteúdo de acordo com a realidade da criança, com a habilidade dela, que às vezes é difícil porque o professor deveria ter insistido naquele momento, na hora da aula, com aquele conteúdo. Você pensa: “Vou dar um exemplo, verbo,

como é que eu consigo fazer verbo com fulano?” Infelizmente, não se pensa naquela criança. Aí eu pego qualquer atividade, pego uma apostila, tiro cópia e vou trabalhar. Claro que muitas vezes o aluno tem dificuldade de aprendizado, que às vezes é da deficiência e às vezes não é da deficiência, é porque veio muitos anos se arrastando e ninguém está fazendo nada. A defasagem está grande. Então, eu tenho uma apostila para o processo de alfabetização, para o cuidador sentar com ele naquele momento que ele está sem fazer nada e ver se ele consegue ler alguma coisa. Mas tem professor que acha que atividade é só aquela.”

Você acha que faria alguma diferença se, no início de cada ano, vocês se reunissem. Você, o professor que acompanhou o aluno no ano passado e o professor que vai trabalhar com ele este ano?

“Talvez mudaria ou iria piorar, porque ele vai... o professor da sala regular vai assustar o outro professor. Aí ele não faz nada, ele não fica quieto. Eu não sei se ajudaria, se realmente fosse um professor, o professor do ano passado fosse inclusivo, que disse: “Não, eu consigo desse jeito. Ô gente, eu consigo atividade assim, eu sei que às vezes ele se desregula por isso ou por aquilo.” Ajudaria assim, assim, entendeu? Lá em Belém, aqui não é pedido, lá cada professor tem a obrigação de deixar um relatório para cada aluno. Você tem um aluno com deficiência, você faz um relatório referente àquele aluno, para colocar na ficha dele. Mesmo que às vezes tem aquele professor que começa e não vai nem atrás de relatório, não vai nem atrás de ficha, não quer nem saber.”

Mas as vezes, você acha que traz a realidade esses relatórios ou máscara?

“Máscara diz que faz isso, faz aquilo, mas na verdade não faz. Tem muito professor hoje em dia que realmente está deixando muito a desejar. Coisas que, para ele inserir aquele aluno, para ele incluir aquele aluno, faria pouquinha coisa, com pouquinha coisa ele conseguiria. Eu tenho um cuidador escolar. Certo, o cuidador é professor do meu aluno? Não, ele está lá para dar apoio nas atividades. Eu posso explicar para essa turma daqui e posso acertar 15 minutos, 10. Porque você percebe que o professor não tem nenhum vínculo com o aluno. Quando o pai chega com o aluno e o cuidador não está em sala, “Cadê o cuidador desse menino?”, como se nem conhecesse. O desespero, às vezes, quando eu estou sem atendimento, eu tenho que ir lá: “Não está chegando? Peraí, senta aqui, fulaninho, vem pra cá”, entendeu?

Às vezes, eu acho que o cuidador, às vezes, chega a excluir mais do que incluir, porque o cuidador senta lá com o aluno e vai fazer aquela coisa com ele, e a aula está acontecendo ali. Mesmo que a gente repasse, gente, você tem que tentar fazer com que o aluno participe do que está sendo dado, né? Às vezes é o modo do professor repassar a aula que ele não inclui, e o cuidador, como é um mero contratado, não tem coragem de falar nada. Às vezes, quando meus da tarde lá de Belém, eu digo a eles: "Ó..."

Quando é um cuidador que tem formação, faz diferença?

“Faz, e tem alguns que fazem e tem alguns que não fazem. Vou te dizer uma coisa com base na minha experiência: eu tinha uma cuidadora que era auxiliar, teve um problema na coluna, saiu e foi ser cuidadora. Mas ela dava um show mais do que aqueles cuidadores que tinham pedagogia. Vai do seu interesse, da sua boa vontade, porque hoje em dia você ouve alguém dizendo: “Ah, eu não faço uma aula adaptada porque não consigo.” Mas não é assim. Quando eu comecei na sala do AEE, em 2012, na escola de sexto ao nono ano, eu me deparei com uma aluna surda. Eu não tinha livro, mas passava um pedaço da noite vendo conteúdo e os sinais que eu ia trabalhar, vendo o que eu ia falar. Como ela sabia ler, eu conseguia repassar para ela. Eu tinha que saber coisas como “bom dia”, “boa tarde”, se ela estava bem, o que era estudar, quando ela queria ir para casa. Só que muitas vezes eu tinha que me esconder na escola, fazer de conta que não estava lá, porque ela não queria mais ir para a sala, já que na sala ninguém fazia nada.

A sala regular é só fazer e copiar, copiar, copiar, copiar, e o professor não se preocupa em trazer um cartaz ou algo que explicasse. Não sei libras, mas posso levar alguma coisa para demonstrar para ela, posso explicar minha aula através disso, trazer um vídeo em libras ou algo assim. Vou dar minha aula hoje, pronto, pelo menos para tentar incluir naquele dia, vou pesquisar o conteúdo e procurar alguém falando em libras para que ela consiga entender o conteúdo. O professor se preocupava? Não. Era de sexto a nono ano, professor tudo formado, com internet, computador, então não é questão de formação. É interesse. Aqui na escola mesmo tem notebook para cada professor se quiser, tem datashow, tudo isso tem, mas não é utilizado. E você vê que quando você quer, realmente você faz. Dá trabalho? Dá. Mas se você quer incluir, tem que pensar. Se você não conseguiu incluir 50%, inclua 10, 15%. Se a criança ou o adolescente se sentir útil e inserido naquela hora, já é um passo.

Na verdade, a gente ainda tem uma integração. O aluno não é inserido em sala, ele é matriculado naquela sala, mas não participa de todas as atividades. Para mim, o que está

faltando não é formação, é punição. Está faltando fiscalização, alguém que diga: “Gente, peraí, vocês têm que fazer, é obrigatório.” Eu já digo: “Vou começar o ano, mas não adianta.” Pegando a lei brasileira de inclusão, está lá quem é responsável pela atividade pedagógica e outras coisas. É obrigatório, mas a obrigação está sendo só fazer a matrícula e o aluno estar na sala de aula. Se ele conseguir se adaptar, bem; se não conseguir, é assim mesmo. E não é essa a realidade. Não é o aluno que tem que se adaptar, é a escola que tem que se adaptar à realidade do aluno. Mas, infelizmente, isso não acontece e eu sozinha não dou conta. Eu não vou ficar arrumando inimidade. Às vezes quero insistir, quero ajudar, quero fazer isso. Vamos pensar em como fazer. Eu levo recursos, levo jogos, tinta, pincel, não sei o quê, mas o professor nem busca saber o que o aluno sabe e, se eu for passar...”

7. Quais estratégias e recursos que você utiliza para superar os desafios e promover o progresso dos alunos com necessidades especiais?

“No atendimento, a gente usa jogos de acordo com a necessidade da criança. Por exemplo, se a criança não consegue pegar no lápis ou se tem problemas de comportamento, tudo isso tem que ser trabalhado conforme o que ela necessita. Eu não vou especificar um recurso em particular porque eu atendo várias crianças, não só uma. Eu tinha um aluno que não tem laudo de autismo ainda, mas é visivelmente autista. Então, eu mandava ele pegar um bloco de encaixe, e ele estava com um lego para encaixar com uma mão enquanto com a outra fazia estereotípias e olhava para o lado, só encaixava e fazia isso. Eu pensava: “O que eu vou fazer com esse menino?” O que eu fiz foi comprar uma bola pequena. Quando ele pegava a bola e ficava segurando, já sabia que ia ajudar. Então comprei uma bola de pilates, que é bem chamativa, e comecei: “Vai, Gabriel, a bola bate, joga para a tia, vem.” Então Gabriel começou a fazer assim, e eu dizia: “Coloca a outra mão, Gabriel.” Trabalhar as duas mãos ajudou até em casa; a mãe disse que ele não faz mais estereotípias, que não ficava com um brinquedo em uma mão e com a outra mão sem fazer nada. A mãe dele é uma pessoa leiga, não alfabetizada, e até para fazer uma ligação ela só manda áudio. Às vezes eu mandava mensagem de texto para ela e ela respondia com áudio. A mãe disse que viu uma grande melhora no comportamento dele e que ele está mais concentrado. A bola de pilates supriu a necessidade dele. Consegui usar outros recursos como massinha, areia mágica para coordenação motora e o aramado. No aramado, ele movia as bolinhas com uma mão, o que ajudava bastante. A estratégia com a bola de pilates foi eficaz para superar a necessidade dele naquele momento. Eu não vou usar um único recurso; vou escolher de acordo com a

necessidade do aluno. Por exemplo, o aramado é útil para coordenação motora, mas não é o único recurso. Eu também uso colagem, rasgar papel, massinha de modelar e diversos jogos de encaixe, o bloco lógico. São vários recursos utilizados conforme a necessidade de cada aluno.”

Isso inclui também a necessidade daquele dia, considerando cada dia e que cada dia eles estão com comportamentos diferentes?

“No caso de Bryan e Clarisse, além do autismo, são aquelas crianças que, em casa, eu acredito, são mais flexíveis, porque às vezes a criança com autismo faz o que quer. Clarisse já estou moldando ela, porque se digo “não”, não pode. Antes, quando ela dizia “sua feia”, eu dizia “não é assim”, e ela já olha pra mim e entende que não pode. Aí eu tento, no atendimento, seguir as etapas. Clarisse não gosta muito disso. Eu até baixei um aplicativo para trabalhar com alunos não verbais e ajudar com categorias, família, escola, sentimentos, frutas, animais. Geralmente, utilizamos os recursos de acordo com as necessidades da criança e com o dia. Quando Clarisse e Moisés chegam, Clarisse chega 10 minutos antes. Quando Moisés chega, ela pega um brinquedo, senta no tapete ou fica de costas sozinha, nem comigo ela quer ficar; ela fica encaixando ou mexendo em alguma coisa e não interage mais. Mas é super inteligente. Com os números de 1 a 10, ela consegue colocar sozinha, contar e identificar quantidades. Se o dia estiver bom, ela faz tudo, mas se não, ela pode recusar, não contar e não fazer atividades extensivas. Às vezes, deixo ela por 5 minutos e depois tento de novo. Faço 2, 3 atividades para ver se consigo engajar. Quando ela vai fazer, eu mostro desenhos, quantidades e números, e pergunto: “Clarisse, que número é esse?” Ela responde “1” e aponta para o desenho do 1. Ela sabe onde está, mas pode enrolar um pouco até chegar lá. Não faz de jeito nenhum rapidamente; ela pode enrolar e eu não sei se faz isso para provocar ou se é uma estereotipia. Mas eu deixo, não me preocupo com isso. Ela está trabalhando a coordenação motora, contou direitinho, identificou o número e sabe onde está a quantidade. Aquilo pode parecer errado para quem vê, mas eu sei que ela fez corretamente. Ela já conhece as letras e o alfabeto, consegue colocá-los de trás para frente e fazer sozinha. A família limita bastante; se houvesse mais incentivo, já teríamos trabalhado as sílabas e palavrinhas. Às vezes, eles descobrem sozinhos e aprendem a ler observando. É importante trabalhar com o hiperfoco deles como reforçador. Eu reforço: “Se você fizer isso, você vai ter aquilo”, entendeu?

Só que, aos pouquinhos, você vai tirando aquilo ali, para ele saber que tem que fazer aquilo sem aquele recurso. No início, você vai ter que conseguir fazer isso. Muitas vezes,

conseguimos fazer com que o pessoal com autismo, a maioria das vezes, sejam apaixonados por computadores. Aqui eu tenho um tablet que é um reforçador que eu consigo usar, e daqui a pouco vou fazer atividade em cima dele. Mas tem outros que não conseguem, e também há questões de alimentação. Mas dizem que a alimentação nem sempre é o reforçador mais eficaz. Eu estou enfrentando uma questão grande: tem uma criança, na verdade um adolescente, não sei se você conhece, Evelyn. Ela é da rua São João, por ali, rua São Domingo. Eu tenho que atender ela, que está fora da sala desde 2015. A promotora veio, e eu conversei com ela. Ela não veio saber sobre Evelyn, mas sim sobre os recursos disponíveis. Eu expliquei a ela que, para um atendimento pedagógico, a criança tem que estar regulada e medicada. Se ela não estiver regulada, a parte pedagógica não terá efeito, não servirá para nada. É um risco para mim, pois ela é forte. A mãe dela disse que a porta está fechada, mas há um problema: a chave quebrou dentro da fechadura. Só posso mandar alguém fechar por fora, e se ela me atacar aqui dentro, o que eu faço? A mãe diz que precisamos colocá-la na sala, pois ela pode invadir a sala dos demais e agredir uma criança.

Eu já conversei sobre isso com o conselho tutelar e com a promotora. O pessoal cobra da educação e da saúde, mas a menina está esperando uma terapia, e não há terapia disponível. Então, o que fazemos? Eu vou ligar novamente para Neide e perguntar: “Neide, você já procurou saber do espaço Crescer para a vaga das terapias da Evelyn?” Ela vai responder: “Não, não deram resposta ainda.” Se Rita falou com a secretária e a secretária disse que está para sair, mas quando eu pergunto se a Evelyn está sendo atendida, só responde que não. Não querem nem conversar sobre isso. Na verdade, eu atendo sozinha. Lá, elas podem atender em trio, com fonoaudiólogo, psicopedagogo e psicólogo, como elas faziam com Ítalo. Eu atendia Ítalo sozinha, enquanto elas atendiam em dupla ou em trio. Eu atendia sozinha, e para fazer uma terapia com recursos, fazia fotos e tentava realizar o atendimento. Eu não conseguia tirar uma foto com Ítalo porque estava atendendo e fazendo o trabalho ao mesmo tempo. São muitos papéis.”

8. Como você acompanha e avalia o progresso dos alunos ao longo do tempo e faz ajustes em seus planos de atendimento, se necessário?

“A gente faz observação diária, seguindo os recursos e os objetivos do plano. Quando vemos que aqueles objetivos foram alcançados, vamos ajustando o plano, mudando os objetivos e inserindo novos, buscando novas estratégias. Por exemplo, no caso desse meu aluno, consegui um avanço; já tirei algumas estratégias e às vezes, eu vou dizer para você, fui

a uma formação quase enlouquecedora. Não sabia se quem estava falando era a mãe ou a formadora. A formadora disse que tinha um aluno que morava em um prédio e passava o dia todo girando em volta da mesa. Não houve estratégia que fizesse esse menino parar, então a solução foi retirar a mesa. A mãe estava muito brava e dizia que havia estereotipia e que o aluno estava se regulando. Sabemos que estereotípias podem ser formas de regulação, mas há coisas que são prejudiciais, como girar incessantemente. Na hora, eu não entendi quem estava certo e quem estava errado. Então, fazemos essa observação diária e vamos vendo se o aluno supera as dificuldades que tinha, ajustando os objetivos e estratégias e utilizando novos recursos. Às vezes, o aluno se adapta bem a um recurso e depois busca outro. Alguns recursos são usados até o limite, enquanto outros são rapidamente substituídos quando o aluno desenvolve novas preferências.”

9. Quais recursos os professores da sala de aula regular solicitam?

“Às vezes, eles pedem material dourado, às vezes pedem o globo, o brinquedo, que nem está aqui. Agora que eu falei, lembrei que levaram emprestado e não devolveram. Mas a gente vê que são recursos para trabalhar a aula em si. Não é um recurso específico para trabalhar com o aluno que tem dificuldade, como o Lorenzo. Eu separei alguns recursos, fiz uma caixa e mandei para a sala com giz de cera grosso, pincel, tinta e tinta colorida. Alguns recursos para trabalhar em sala, mas não sei onde está e nem sei se está sendo utilizado. Eu me limitei a entrar na sala porque, sempre que eu entrava, pelo olhar, via que não estava bem recebida. Já fui até pegar a bolsa do menino; quando eu entro na sala, a professora nem olha para mim, nem dá um “tchau” ou um “até amanhã” para o aluno. Então, eu não vou mais insistir. Se não querem minha ajuda, infelizmente, eu sozinha não posso fazer inclusão.”

Você acha que os recursos daqui são suficientes?

“Às vezes sim, às vezes não. Às vezes eu vejo que preciso de mais, às vezes eu preciso de um software, eu preciso de mais aplicativos desses para trabalhar com pessoas não verbais. A gente sempre percebe que não é suficiente. Assim, há muitos jogos, muitos mesmo, mas às vezes você sente falta de alguns recursos. A gente tentou prancha de comunicação e outras coisas, só que eu ainda não consegui. Eu já fiz pedidos, mas não consegui. E eu sinto muita falta, porque temos lá tipos de parcerias, e temos que colocar os tipos de parceria, mas não temos essa parceria. Por exemplo, aqui deveria haver parceria com o Espaço Crescer, com as meninas me repassando as dificuldades que têm. Elas não se negam a repassar para mim, mas

às vezes é uma questão de tempo. Se eu sair daqui para ir lá no dia que tenho tempo, que é na sexta-feira, elas não atendem, não estão lá. Já fui lá e não tinha ninguém, e no dia que eu vou lá, não tenho tempo para esperar, porque elas estão atendendo. É como se entrasse uma criança e saísse outra, e aí?”

APÊNDICE B - ENTREVISTA PROFESSORES SALA REGULAR

Professora: K

Disciplina: Ciências

1. Qual sua formação acadêmica e sua experiência profissional?

“Eu sou formada em Ciências Biológicas, fiz pós-graduação. Já fui gestora adjunta no meu município e, atualmente, sou professora efetiva aqui do quadro em Pirpirituba.”

Há quanto tempo?

“3 anos.”

E como professora de Moisés?

“Com Moisés, é o 2º ano.”

2. Quais são os principais desafios que você enfrenta ao trabalhar com alunos com deficiência na sala de aula regular?

“É necessário conciliar a atenção ao aluno deficiente e à turma regular.”

E com o Moisés, especificamente, tem alguma dificuldade a mais ou não?

“Não, Moisés é bem tranquilo, mas ele não acompanha totalmente o conteúdo que os outros acompanham.”

3. Quais são os principais benefícios que você observa nos alunos que frequentam a sala de AEE em termos de seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional?

"Ele consegue socializar com os alunos, mesmo do jeitinho tímido dele, mas ele conversa. Os alunos também compreendem a deficiência dele e observam o comportamento dele. Se ele está triste, se ele está com sono, eles têm essa preocupação até de avisar se ele está bem ou não. Eu acho que isso faz parte dessa socialização dele, né? Mesmo ele lá no cantinho dele, ele tem esse contato com a turma."

Tem mais algum aluno com deficiência?

"Nessa turma, tem mais dois. Só que o problema deles é um pouquinho menor do que o de Moisés. Aí, eles, por exemplo, já conseguem ler e escrever com mais facilidade e tirar do quadro."

Eles têm laudo?

"Sim."

Mas não faz acompanhamento?

"Não, quer dizer, eu não tenho conhecimento de Luan David e Luan Carlos. Agora, Luan David tem problema de escrita e de alfabetização. Ele até consegue escrever direitinho, mas tudo o que você fala ele entende e responde."

4. Como você vê o impacto da sala de atendimento educacional especializado no desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais?

"Eu acho primordial, porque a gente, sozinho aqui como professor de uma sala de aula regular, não consegue dar o total apoio que eles precisam."

5. Você acredita que a colaboração entre professores de educação regular e professores de AEE pode ser melhorada para otimizar o apoio aos alunos com necessidades especiais?

"Acho que sim. Se a gente tivesse um contato melhor entre os dois grupos de profissionais, conseguiríamos nos entender melhor, até em questão de conteúdo e das disciplinas."

Como aplicar?

"E eu digo assim: como a gente pode aplicar na sala de aula e também atividades que poderiam ser aplicadas lá, relacionadas ao assunto que estamos vendo, né?"

6. Como você colabora com os professores de AEE para garantir que as necessidades individuais dos alunos sejam atendidas de maneira eficaz?

"Não, eu não sei nem quem é, nem quem acompanha Moisés."

É Iane a professora do atendimento.

"Não, a gente não tem contato com ela, não."

Você acha que há uma barreira nessa questão, da colaboração?

"Não sei se é uma barreira, mas eu acho que nunca houve esse entrosamento. Não há um vínculo realmente estabelecido."

7. Quais recursos e apoios você solicita ao AEE para facilitar o aprendizado e a inclusão dos alunos com deficiência em sua sala de aula?

"Eu acho que, por exemplo, sugestões de atividade, né, que a gente pudesse fazer, talvez até um material mais lúdico que a gente pudesse utilizar em sala de aula com ele, algo com cores e formas. Agora, assim, Moisés tem um probleminha: ele não gosta muito de fazer atividades diferenciadas, como se ele tivesse um receio de estar sendo tratado de forma diferente. Aí a gente tem que saber dar esse jogo de cintura. Quando eu preparo uma atividade em uma folhinha especial para ele, eu preparo para os outros uma atividade diferente, mas eu entrego a mesma folhinha para ele ver que os outros também estão recebendo a folhinha, para ele não achar que é só para ele."

As provas você faz adaptada?

"Isso, isso. No caso do Luan, que eu estava te falando, ele não consegue escrever e não lê bem, mas se você ler a prova todinha para ele, ele vai responder certo e consegue atingir o objetivo."

Professor: A

Disciplina: Português

1. Qual sua formação acadêmica e sua experiência profissional?

"Eu sou formado em Letras pela UEPB, com especialização em Literatura e Cultura Afro-Brasileira, e tenho um mestrado no PROFLETRAS com ênfase em letramento literário. Sou professor há 20 anos, e aqui no município há 14 anos, vou completar 14 anos. E é isso."

2. Quais são os principais desafios que você enfrenta ao trabalhar com alunos com deficiência na sala de aula regular?

"Então, os maiores desafios vêm, são oriundos, né, da época da graduação. Haja vista que nós não tínhamos, naquela época, no início dos anos 2000, uma formação acadêmica específica voltada exclusivamente para isso. E, com o passar dos anos, nós, professores, tivemos que ir atrás e descobrir na prática, inclusive, como trabalhar de maneira a observar as melhores didáticas possíveis que buscávamos para realmente trazer um trabalho que fizesse sentido, já que nos bancos acadêmicos, infelizmente, nós não tivemos essa oportunidade."

Você já participou de alguma formação voltada ou não?

"Participei, de maneira muito superficial; porém, assim voltada para o público Down, não. Autismo também não."

Essas que são fornecidas as vezes pela prefeitura, você participa?

"Participo."

3. Quais são os principais benefícios que você observa nos alunos que frequentam a sala de AEE em termos de seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional?

"Muito desenvolvimento, eu observo que tem uma, complementa, né, o trabalho de sala de aula, o AEE não é isso, a sala do atendimento educacional especializado. E vem como também uma forma de ao AEE; na verdade, ele complementa o trabalho que nós, professores, fazemos em sala de aula, fazendo com que torne mais robusta essa parceria, né, e também motivando esses alunos mais ainda, porque a escola, ela tendo esse espaço, só tem a crescer essa motivação e, no final das contas, a evolução é do aluno e da aluna."

4. Como você vê o impacto da sala de atendimento especializado no desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais?

"Eu vejo que o impacto é positivo e que esses alunos só ganham, né, principalmente a questão da motivação deles e delas na escola."

5. Você acredita que a colaboração entre professores de educação regular e professores de AEE pode ser melhorada para otimizar o apoio aos alunos com necessidades especiais?

"Ah, sim, sempre pode ser melhorada, né? Nada é 100%, nenhum aspecto sempre deve ser melhorado."

6. Como você colabora com os professores de AEE para garantir que as necessidades individuais dos alunos sejam atendidas de maneira eficaz?

"Sim, sim, com certeza. Temos que trabalhar em colaboração porque o intuito final é a aprendizagem do aluno, né, e da aluna."

7. Quais recursos e apoios você solicita ao AEE para facilitar o aprendizado e a inclusão dos alunos com deficiência em sua sala de aula?

"Sim, sim. Sempre os recursos e atividades, acompanhamento das atividades adaptadas dentro do conteúdo da aula. Se o aluno e a aluna, ele também desenvolve lá, esse trabalho em conjunto."

Então você entra em contato com ela, para saber o que pode melhorar a aula para ele?

"Isso, melhorar e como ele também, e como ele está desenvolvendo esse assunto também, aí no AEE, tem que ter essa parceria."

Professora: I

Disciplina: Artes

1. Qual sua formação acadêmica e sua experiência profissional?

"Eu sou formada em pedagogia e atuo na educação há mais de 10 anos."

Sua experiência é apenas em sala de aula?

Sim, passei 2 anos na coordenação pedagógica.

É o seu primeiro ano como professora dele?

"Primeiro ano, e eu peguei já assim, ele na metade do ano. Até então, era professora Marta e ela acabou de se aposentar. Assumi a turma duas semanas antes do recesso."

2. Quais são os principais desafios que você enfrenta ao trabalhar com alunos com deficiência na sala de aula regular?

"No caso de Moisés, é a comunicação, porque eu não entendo muito o que ele diz. E, devido às minhas aulas serem as últimas, a mãe sempre pega ele antes de eu concluir a aula; não tenho muito contato com ele."

Então, no caso você acha que o maior desafio é a questão da comunicação?

"É de entender ele. Sim, ele se expressa. Ele já teve necessidade de vir ao banheiro e ele me chamou. Aí, eu demorei um pouco, mas eu entendi que ele queria ir no banheiro."

3. Quais são os principais benefícios que você observa nos alunos que frequentam a sala de AEE em termos de seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional?

"Eu percebo que eles têm uma relação melhor com os outros alunos."

4. Como você vê o impacto da sala de atendimento especializado no desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais?

"Eu percebo que eles se comunicam melhor, até mesmo assim, eu não compreendendo, é Moisés, mas ele busca forma de ser compreendido. Você tá entendendo?"

Você acha que faz diferença esses atendimentos?

"Com certeza, com certeza."

5. Você acredita que a colaboração entre professores de educação regular e professores de AEE pode ser melhorada para otimizar o apoio aos alunos com necessidades especiais?

"Sim, sim, quando a gente vê, eu sinto muito a carência da relação do professor de AEE com o professor de sala de aula, porque, muitas vezes, a gente não tem essa comunicação de troca."

Você acha que há uma maneira de melhorar essa troca, essa comunicação?

"É porque eles solicitam muito relatório da nossa visão para com o aluno, mas a gente não tem o retorno. Nenhum relatório assim: 'Olha, estou trabalhando isso com Moisés, por exemplo, ele já alcançou isso, isso e isso.' Entendeu? Eu sinto muito que eu escrevo mais no relatório, e o retorno eu não tenho. A gente não tem isso."

Você tem ideia do que seria necessário para melhorar? Precisa de uma ponte, né? O que seria essa ponte?

"Isso, alguma ponte. Algo, por exemplo, a gente não tem um planejamento, um PEI. Se a gente pudesse receber algo de retorno, algum relatório relatando o desenvolvimento da criança, alguns pontos, seria bem legal. Porque a gente ia refletir sobre a nossa prática também e relacionar com a sala de AEE."

6. Como você colabora com os professores de AEE para garantir que as necessidades individuais dos alunos sejam atendidas de maneira eficaz?

"A partir do momento que nos solicitam alguma coisa, se for documental, sim. Agora, na prática, com relação à adaptação de atividades, reforços positivos, no tratamento com a criança, só essa questão."

7. Quais recursos e apoios você solicita ao AEE para facilitar o aprendizado e a inclusão dos alunos com deficiência em sua sala de aula?

"Atividades adaptadas."

Você solicita a ela essas atividades ou ideia de atividades?

“Não, a gente que tem produzir.”

Certo, você produz, mas você não chega a falar com ela, solicitar nada assim, nenhum apoio?

“Não, porque isso fica muito assim. É se tem ou se não tem. A gente fica com receio; o professor de sala regular fica com receio de estar buscando, procurando. Eu sinto muito isso.”

Professora: M

Disciplina: Matemática

1. Qual sua formação acadêmica e sua experiência profissional?

“Eu sou formada em geografia e a minha experiência é mais na área de matemática. Há 22 anos.”

2. Quais são os principais desafios que você enfrenta ao trabalhar com alunos com deficiência na sala de aula regular?

“A maior dificuldade é que a gente não teve essa preparação, né? Não tivemos uma preparação para trabalhar de forma adequada; é tudo assim jogado. Aí, com Moisés, no caso, a dificuldade também é interpretar o que ele fala, da comunicação. Aí, às vezes, ele também não quer fazer as atividades adaptadas. O que ele gosta de fazer são as atividades igual às que os alunos normais, normais entre aspas, né? Fazem. Aí é difícil quando, às vezes, a gente dá uma tarefa adaptada pra ele e ele joga na bolsa. Aí eu digo: “Então você vai fazer com mamãe, né?” Ele nem faz, mas às vezes nem faz. Não sei se a mãe não tem tempo.”

Mas ele acompanha essas atividades que não são adaptadas?

“Hum, só copiar. Ele faz só copiar porque ele tem a questão da matemática dele é o básico, do básico. Vamos dizer assim, se fosse pra colocar uma série pra ele, seria o 1º ano.”

3. Quais são os principais benefícios que você observa nos alunos que frequentam a sala de AEE em termos de seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional?

“É, eu acho que ele nem participa.”

Ele participa, faz atendimento..

"Não sabia, não. Eu acho que são poucos alunos que participa, não."

Tem ele, tem Luan David e neto, que não está frequentando.

"Luan já é totalmente diferente de Moisés."

Mas você nota um benefício nesses alunos?

"Com certeza, eu acho que a deficiência de Luan é mais na leitura; em matemática ele entende melhor que Moisés. Eles já vieram um pouco lapidados para a gente, porque se eles viessem realmente de início com aquela dificuldade, a gente teria que tentar alfabetizar eles, porque eles não reconhecia essa letra e ele já reconhece as letras, os símbolos, acho que ajuda bastante eles. Foram bem trabalhados."

4. Como você vê o impacto da sala de atendimento especializado no desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais?

"Eu acho que é um grande benefício, né? uma grande ajuda, porque tipo um reforço escolar, entendeu? E lá acredito que é uma professora só pra ele, ele vai render mais porque na sala de aula normal assim, principalmente o fundamental 2, quando a gente entra na sala já é quase hora de sair aí dificulta muito a gente tentar sentar com ele e quando a gente senta, chega tia, tia, tia aí aí não dá tempo de sentar com eles e fazer uma atividade diferenciada. O fundamental 2 é ruim por isso, já o fundamental 1 não, vamos dizer que você tem aquele horário todo, mais tempo."

5. Você acredita que a colaboração entre professores de educação regular e professores de AEE pode ser melhorada para otimizar o apoio aos alunos com necessidades especiais?

"Sim, principalmente como eles têm formação, tentar orientar a gente, né? Ou então pra trocar alguma experiência, né? Porque, às vezes, tem até a experiência para passar pra eles, e eles, mais ainda, pra gente."

Falar um pouco né, desse aluno em específico?

“É, como a gente poderia trabalhar, entendeu? Porque a gente trabalha muito aleatoriamente. Assim, a gente vê, faz uma atividade pra ele; se ele dá pra fazer, a gente continua; se ele não vê, a gente vai regredir.”

Você procura a professora, para saber alguma informação?

“Não, infelizmente não. Às vezes, raramente, a coordenadora que aparece, né? Mas não tem esse negócio de sentar e dizer: "Olha, gente, essa deficiência, entendeu? Você poderia trabalhar desse jeito." Dá algumas sugestões, né? É porque ano passado ela até mandou um livro pra escola, mas um livro igual para todas as crianças, e não é assim. Um sabe, outro não sabe, né? É pra ser um livro adaptado a cada, né?”

6. Como você colabora com os professores de AEE para garantir que as necessidades individuais dos alunos sejam atendidas de maneira eficaz?

Não existe; a gente tenta fazer assim, cada um na sua. Assim, acho que elas fazem a parte dela e a gente tenta fazer a da gente individual, não coletivo.

7. Quais recursos e apoios você solicita ao AEE para facilitar o aprendizado e a inclusão dos alunos com deficiência em sua sala de aula?

“Não existe, não procuro. Só material, só folha mesmo, material impresso, de forma adaptada. Nenhum material lúdico. Como eu disse a você, não há tempo; o problema do fundamental 2 é isso, não há tempo. Pronto, e às vezes eu dou aula na segunda-feira, na segunda, terça e quarta. Na segunda-feira, ele já não está porque é o último horário; tem isso também, eles vão embora às 16:30. Mas eu acredito que a grande dificuldade da gente é essa, o tempo. E ele gosta de transcrever do quadro; ele ama, ele prefere do que a atividade adaptada.”

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIOS PROFESSORES

Questionário Professora Do Atendimento Educacional Especializado

1. Qual é a sua formação acadêmica e experiência profissional relacionada ao campo do Atendimento Educacional Especializado?
2. Para você qual a importância da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no desenvolvimento educacional e de habilidades nos alunos com deficiência?
3. Como são desenvolvidos e implementados os planos individuais de atendimento para cada aluno?
4. Quais são os principais desafios que você enfrenta como professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE)?
5. Como as Salas de Atendimento Educacional Especializado podem contribuir para a inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola?
6. Como a colaboração entre os professores regulares e os especialistas em educação especial pode melhorar o ambiente e os resultados das Salas de AEE?
7. Quais estratégias e recursos que você utiliza para superar os desafios e promover o progresso dos alunos com necessidades especiais?
8. Como você acompanha e avalia o progresso dos alunos ao longo do tempo e faz ajustes em seus planos de atendimento, se necessário?

Questionário Do Professor Da Sala Regular

1. Qual é a sua formação acadêmica e sua experiência profissional?
2. Quais são os principais desafios que você enfrenta ao trabalhar com alunos com deficiência na sala de aula regular?
3. Quais são os principais benefícios que você observa nos alunos que frequentam a sala de AEE em termos de seu desenvolvimento acadêmico, social e emocional?
4. Como você vê o impacto da sala de atendimento especializado no desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais?
5. Como você acredita que a colaboração entre professores de educação regular e professores de AEE pode ser melhorada para otimizar o apoio aos alunos com necessidades especiais?

6. Como você colabora com os professores de AEE para garantir que as necessidades individuais dos alunos sejam atendidas de maneira eficaz?

7. Quais recursos e apoios você considera mais úteis para facilitar o aprendizado e a inclusão dos alunos com deficiência em sua sala de aula?

APÊNDICES D - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Roteiro De Observação

- Descrição física da sala (tamanho, disposição do mobiliário, recursos disponíveis).
- Observação da acessibilidade da sala para alunos.
- Identificação do número de alunos presentes na sala durante a observação.
- Observação das características individuais dos alunos (idades, necessidades especiais, níveis de habilidades etc.).
- Descrição das atividades em andamento durante a observação.
- Observação das estratégias e metodologias utilizadas pelo professor para atender às necessidades individuais dos alunos.
- Observação da interação entre o professor e os alunos.
- Observação da colaboração entre o professor de AEE e outros profissionais da escola (professores regulares, terapeutas, equipe de apoio etc).
- Identificação dos principais desafios enfrentados na sala de AEE durante a observação.